

Proposta da Administração

Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa

Assembleia Geral Ordinária

16 de abril de 2020

ÍNDICE

Orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária	3
Proposta da Administração	4
Destinação do Lucro Líquido (anexo 9 -1 - II Instrução CVM nº 481)	6
Assembleia e Administração (Itens 12.5/6 a 12.10 -Instrução CVM nº 480)	13
Proposta de Remuneração dos Administradores	18
Remuneração dos Administradores (Item 13 - Instrução CVM nº 480)	19
Comentários dos Diretores (Item 10 - Instrução CVM nº 480)	34

ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

16 DE ABRIL DE 2020

1. O Acionista que desejar participar da Assembleia Geral Ordinária deverá se apresentar antes do horário indicado no Edital de Convocação, portando os seguintes documentos:
 - 1.1. Documento de identidade ou carteira de classe profissional, oficialmente reconhecida e;
 - 1.2. Comprovante da qualidade de acionista da Companhia expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária.
2. O Acionista poderá constituir procurador com poderes especiais para representá-lo, nos termos da Lei nº 6.404/76, parágrafo 1º do Art. 126. Com a finalidade de organizar os trabalhos na Assembleia, solicitamos que as cópias das procurações sejam enviadas para o seguinte endereço eletrônico: ferbasa@ferbasa.com.br, até o dia 13/04/2020.
3. Os documentos originais serão recebidos até o horário indicado no Edital de Convocação.
 - 3.1. Instrumento de mandato (procuração) com poderes especiais para representação na Assembleia Geral da Companhia, com reconhecimento de firma do outorgante (Acionista) e;
 - 3.2. Comprovante de titularidade das ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição depositária e/ou custodiante.
2. Nos termos das Instruções CVM n.º. 165/91 e 481/2009, o percentual mínimo para adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento) do capital votante. Os documentos e informações pertinentes às matérias a serem deliberadas encontram-se à disposição dos acionistas, para consulta, na sede, no portal www.ferbasa.com.br, nos sites: www.cvm.gov.br e www.bmfbovespa.com.br.
3. O Acionista poderá se valer, também, do **Boletim de Voto a Distância**, nos termos da Instrução CVM 594/17 que alterou dispositivos nas Instruções CVM nº 480/09 e nº 481/09. Para tanto será necessário que o Acionista siga as **orientações de preenchimento do boletim de votação** que se encontra anexo à Proposta de Administração, bem como atenda aos prazos de envio com as informações de voto fixadas nesse boletim, conforme regulamentação em vigor.

CIA. DE FERRO LIGAS DA BAHIA – FERBASA
SOCIEDADE ANÔNIMA ABERTA
CNPJ 15.141.799/0001-03
NIRE 293.000.043.91

PROPOSTA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Assembleia Geral Ordinária de 16 de Abril de 2020

Prezados Senhores,

O Conselho de Administração da Cia de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA, nos termos do que dispõe a legislação pertinente e de acordo com seu Estatuto Social, vem propor a V.Sas., a apreciação das seguintes deliberações em **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**:

1. Aprovação do Relatório da Administração, às Demonstrações Financeiras da Companhia e demais documentos, relativos ao exercício social encerrado em **31/12/2019**, acompanhado do parecer dos auditores independentes.
2. Aprovação da destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, no valor de **R\$ 221.176.013,34** da seguinte forma:
 - a) **R\$ 11.058.800,67** para constituição da Reserva Legal;
 - b) **R\$ 33.517.543,63** para constituição da Reserva de Lucros - Incentivos Fiscais;
 - c) **R\$ 91.173.374,22** para destinação aos acionistas, sendo **(i)** antecipação, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração de 28 de maio de 2019, pago a partir de 19 de junho de 2019, sob a forma de juros sobre capital próprio, no montante de **R\$ 26.889.045,98** correspondentes a R\$ 0,2965713305 por ação ordinária e R\$ 0,3262284635 por ação preferencial; **(ii)** antecipação, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração de 28 de agosto de 2019, pago a partir de 20 de setembro de 2019, sob a forma de juros sobre capital próprio, no montante de **R\$ 23.282.265,60** correspondentes a R\$ 0,25679053432 por ação ordinária e R\$ 0,28246958775 por ação preferencial; **(iii)** antecipação, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração de 26 de novembro de 2019, pago a partir de 20 de dezembro de 2019, sob a forma de juros sobre capital próprio, no montante de **R\$ 35.778.751,61** correspondentes a R\$ 0,39461987514 por ação ordinária e R\$ 0,43408186265 por ação preferencial; e, **(iv)** antecipação, conforme deliberado na reunião do Conselho de Administração de 20 de dezembro de 2019, pago a partir de 24 de janeiro de 2020, sob a forma de juros sobre capital próprio, no montante de **R\$ 5.223.311,03** correspondentes a R\$ 0,05761023659 por ação ordinária e R\$ 0,06337126025 por ação preferencial. Estes valores serão imputados como antecipação ao valor dos dividendos do exercício de 2019, **“ad referendum”** da Assembleia Geral Ordinária de 2020.
 - d) **R\$ 85.426.294,82** para destinação à Reserva de Investimento, parcela retida e contemplada na proposta do Orçamento de Capital para o triênio de 2020 a 2022, conforme estabelece o art.196 da Lei nº 6.404/76;

3. Aprovação da proposta do Orçamento de Capital, no total de **R\$ 375.000.000,00**, previsto para o triênio de 2020 a 2022, conforme descrição a seguir: Recursos Próprios e terceiros **R\$ 375.000.000,00**;
4. Eleição dos membros do Conselho de Administração para o mandato compreendido entre 16/04/2020 e a AGO de 2021;
5. Eleição dos membros do Conselho Fiscal e respectivos suplentes para o mandato compreendido entre 16/04/2020 e a AGO de 2021;
6. Aprovação da proposta de remuneração anual global fixa dos administradores, no valor de até **R\$ 14.183.000,00** incluindo benefícios; e proposta de remuneração global variável, no montante de até **R\$ 11.751.000,00**.
7. Aprovação da indicação de jornal para publicação dos atos societários da Companhia.

Salvador, 16 de março de 2020.

Sérgio Curvelo Dória

José Ronaldo Sobrinho

Bárbara Klein de Araújo Carvalho

Geraldo de Oliveira Lopes

Marta Teixeira Barroso Fernandes

Marcos Sampaio de Souza

Paulo Roberto Magalhães Bastos

Guilherme de Alencar Amado

ANEXO 9-1-II – Instrução CVM 481

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício.

O lucro líquido do exercício foi de R\$ 221.176.013,34.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprios já declarados.

Data declaração	Remuneração	Valor absoluto R\$ mil	Valor por ação Ordinária	Valor por ação Preferencial	Aprovação da distribuição	Data pagamento
23/04/2019	Dividendos Complementares	20.000	R\$ 0,22059	R\$ 0,24265	AGO	A partir de 20/05/2019
28/05/2019	Juros sobre o capital próprio	26.889	R\$ 0,29657	R\$ 0,32623	RCA	A partir de 19/06/2019
28/08/2019	Juros sobre o capital próprio	23.282	R\$ 0,25679	R\$ 0,28247	RCA	A partir de 20/09/2019
26/11/2019	Juros sobre o capital próprio	35.779	R\$ 0,39462	R\$ 0,43408	RCA	A partir de 20/12/2019
20/12/2019	Juros sobre o capital próprio	5.223	R\$ 0,05761	R\$ 0,06337	RCA	A partir de 24/01/2020
TOTAL	-	111.173	R\$ 1,22618	R\$ 1,34880	-	-

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído.

Os proventos distribuídos, na forma de juros sobre o capital próprio, contemplam o percentual de 41% sobre o lucro líquido.

	R\$ mil
(=) Lucro líquido do exercício	221.176
(-) Constituição de reserva legal (5% lucro líquido)	(11.059)
(-) Reserva de incentivo fiscal (SUDENE, DESENVOLVE e reinvestimento)	(33.518)
(-) Reserva de Investimento	<u>(85.426)</u>
(=) Lucro base ajustado para distribuição de proventos	<u>91.173</u>
Juros sobre o capital próprio distribuído	<u><u>(91.173)</u></u>
Juros sobre o capital próprio distribuído/Lucro líquido do exercício	<u><u>41%</u></u>

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores.

Data declaração	Remuneração	Valor absoluto R\$ mil	Valor por ação Ordinária	Valor por ação Preferencial	Aprovação da distribuição	Data pagamento
23/04/2019	Dividendos Complementares	20.000	R\$ 0,22059	R\$ 0,24265	AGO	A partir de 20/05/2019

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.

Nenhuma distribuição adicional de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio está sendo proposto, além do que foi declarado no item 2.

b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.

c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.

Não aplicável.

d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento:

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados.

Já declarados anteriormente, item 2.

b. Informar a data dos respectivos pagamentos.

Já declarados anteriormente, item 2.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.

Lucro básico/diluído por ação	2019	2018	2017	2016
Lucro Líquido (R\$ mil)	221.176	308.799	269.852	69.660
Ações ordinárias (R\$)	R\$ 2,4394	R\$ 3,4059	R\$ 2,9763	R\$ 0,7683
Ações Preferenciais (R\$)	R\$ 2,6834	R\$ 3,7465	R\$ 3,2739	R\$ 0,8451

b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

Ano	Data declaração	Remuneração	Valor absoluto R\$ mil	Valor por ação Ordinária	Valor por ação Preferencial	Data pagamento
2018	29/05/2018	JCP	24.256	R\$ 0,26754	R\$ 0,29429	20/06/2018
2018	28/08/2018	JCP	31.576	R\$ 0,34826	R\$ 0,38309	20/09/2018
2018	27/11/2018	JCP	32.440	R\$ 0,35779	R\$ 0,39357	20/12/2018
2018	18/12/2018	JCP	8.362	R\$ 0,09222	R\$ 0,10145	22/01/2019
2017	21/12/17	JCP	20.231	R\$ 0,22313	R\$ 0,24545	18/01/18
2017	30/11/17	JCP	22.551	R\$ 0,24873	R\$ 0,27360	18/12/17
2017	11/09/17	JCP	22.794	R\$ 0,25140	R\$ 0,27655	28/09/17

2017	11/07/17	JCP	24.559	R\$ 0,27087	R\$ 0,29796	25/07/17
2016	27/04/17	Dividendos obrigatórios	10.749	R\$ 0,11856	R\$ 0,13041	08/05/17
2016	27/04/17	Dividendos complementar	2.150	R\$ 0,02371	R\$ 0,02608	08/05/17

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal.

a. Identificar o montante destinado à reserva legal.

O montante destinado à reserva legal é de R\$ 11.058.800,67.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

O cálculo da reserva legal consiste na aplicação do percentual de 5% (cinco por cento) sobre o Lucro Líquido de R\$ 221.176.013,34, auferido no Exercício. Esta reserva será constituída, obrigatoriamente, pela Companhia, até que seu valor atinja 20% do capital social realizado, quando então deixará de ser acrescida (vide artigo 26 do estatuto social e conforme artigo 193 da Lei 6.404/76).

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos.

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos.

A companhia não possui ações preferenciais com direito a dividendos fixos. Conforme artigo 26 do Estatuto Social, pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) será destinado ao pagamento a acionistas, como dividendo mínimo obrigatório.

Na forma do artigo 6º do Estatuto Social, as ações preferências de emissão da companhia possuem as seguintes preferências e vantagens: As ações preferenciais não terão direito a voto e sua preferência consistirá: a) na percepção de dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias; b) na prioridade no reembolso de capital.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Sim.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Natureza	Valor Distribuído	Ações ON	Ações PN
Dividendo mínimo - JCP (25%)	44.149.917,26	14.316.306,78	29.833.610,48
Dividendo acima do mínimo - JCP	47.023.456,96	15.248.097,34	31.775.359,62
Total dividendo - JCP distribuído 2019	91.173.374,22	29.564.404,12	61.608.970,10

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Natureza	Ações ON	Ações PN
Dividendo mínimo - JCP (25%)	R\$ 0,48695	R\$ 0,53564
Dividendo acima do mínimo - JCP	R\$ 0,51864	R\$ 0,57051
Total distribuído JCP 2019	R\$ 1,00559	R\$ 1,10615

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto.

O Estatuto Social estabelece em seu artigo 26, parágrafo III, a atribuição de dividendos a acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, resultante após as deduções da reserva legal, reserva para contingências e reservas de lucros a realizar. O saldo resultante ficará à disposição da Assembleia Geral.

b. Informar se está sendo pago integralmente.

Os dividendos obrigatórios estão sendo pagos integralmente.

c. Informar o montante eventualmente retido.

Não aplicável.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia.

a. Informar o montante da retenção.

Não aplicável.

b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos.

Não aplicável.

c. Justificar a retenção dos dividendos.

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências.

a. Identificar o montante destinado à reserva.

Não aplicável.

b. Identificar a perda considerada provável e sua causa.

Não aplicável.

c. Explicar porque a perda foi considerada provável.

Não aplicável.

d. Justificar a constituição da reserva.

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar.

a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar.

Não aplicável.

b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva.

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias.

a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva.

Disposto no Artigo 26, parágrafo 1º do Estatuto Social da companhia:

O Conselho de Administração poderá propor, e a Assembleia deliberar, deduzir do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal, e respeitadas as reservas relacionadas aos benefícios fiscais e demais reservas, uma parcela em montante não superior a 60% (sessenta por cento) para a constituição de uma Reserva para investimento e capital de giro, que obedecerá aos seguintes princípios:

- a) sua constituição não prejudicará o direito dos acionistas em receber o pagamento dos dividendos;
- b) seu saldo não poderá ultrapassar a 90% (noventa por cento) do capital social. Atingido esse limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, determinando a sua distribuição aos Acionistas ou o aumento do capital social da Companhia;
- c) a reserva tem por finalidade assegurar a liquidez e continuidade da companhia, destinando estes recursos para investimentos para financiar a expansão das atividades da Companhia ou criação de novos negócios ou acréscimo do capital de giro, inclusive amortização das dívidas da Companhia, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado:
 - i) na absorção de prejuízos, sempre que necessário;
 - ii) na distribuição de dividendos, a qualquer momento;
 - iii) nas operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei;
 - iv) na incorporação ao Capital Social, inclusive mediante bonificações em ações novas.

b. Identificar o montante destinado à reserva.

O Montante destinado à reserva de investimentos é de R\$ 85.426.294,82.

c. Descrever como o montante foi calculado.

Após apuração do lucro líquido, deduzidas as reservas previstas em lei, e o cálculo dos dividendos a serem distribuído conforme abaixo informado (em R\$):

Lucro líquido do exercício de 2019	221.176.013,34
(-) 5% reserva legal	(11.058.800,67)
(-) Incentivo fiscal: SUDENE, DESENVOLVE e reserva de reinvestimento (proibida distribuição)	(33.517.543,63)
(-) JCP/Dividendos propostos	(91.173.374,22)
(=) Formação da reserva de lucro	85.426.294,82

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital.

a. Identificar o montante da retenção.

Montante de R\$ 85.426.294,82, segundo Proposta do Conselho de Administração, sujeita a aprovação da AGO.

b. Fornecer cópia do orçamento de capital.

ORÇAMENTO DE CAPITAL (Anexo da RCA de 28 de fevereiro de 2020) – Em R\$
(para fins do art. 196 da lei nº 6.404/76)

Aprovação da alteração da proposta de orçamento de capital para o triênio: 2020 – 2022.

Origens de Recursos

Recursos Próprios (*) e Recursos de Terceiros (**)

375.000.000,00

Total das Origens

375.000.000,00

Aplicações de Recursos

Metalurgia, Mineração, Silvicultura, Coque, Energia e Corporativo

375.000.000,00

Total das Aplicações

375.000.000,00

(*) Recursos decorrentes dos resultados da Companhia.

(**) Financiamentos interno ou externo.

Bárbara Klein de Araújo Carvalho

Geraldo de Oliveira Lopes

José Ronaldo Sobrinho

Marcos Sampaio de Souza

Marta Teixeira Barroso Fernandes

Paulo Roberto Magalhães Bastos

Sérgio Curvelo Dória

Guilherme de Alencar Amado

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais.

a. Informar o montante destinado à reserva.

Serão destinados à Reserva de incentivos fiscais: R\$ 33.517.543,63, sendo o incentivo SUDENE no valor de R\$ 31.635.551,64; o incentivo DESENVOLVE no valor de R\$ 1.701.251,05; e, o incentivo de reinvestimento no valor de R\$ 180.740,94.

b. Explicar a natureza da destinação

A reserva de lucros incentivo fiscal SUDENE, refere-se à parcela do incentivo fiscal do imposto de renda (lucro da exploração). Esta reserva é constituída transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou a despesa com imposto de renda do exercício e não poderá ser distribuída a acionistas. A destinação desta reserva, deve-se, obrigatoriamente, ser aplicadas na expansão da empresa (investimentos).

A reserva de lucros incentivo fiscal DESENVOLVE, refere-se à parcela do incentivo fiscal do ICMS. Esta reserva é constituída transferindo-se a parcela de incentivo fiscal que afetou o resultado e não poderá ser distribuída a acionistas. A destinação desta reserva, deve-se, obrigatoriamente, ser aplicadas na expansão da empresa (investimentos).

A reserva de lucro de reinvestimento refere-se ao incentivo para as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, com projetos de modernização ou

complementação de equipamento. O valor referente a "Redução por Reinvestimento", indicado na declaração de rendimentos, será de 30% (trinta por cento) do imposto de renda devido. A este valor, a pessoa jurídica deve adicionar 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios (contrapartida) e depositar o total desta soma no Banco do Nordeste do Brasil (BNB), através do formulário "Guia de Recolhimento" disponível em qualquer agência do BNB, no mesmo prazo fixado para o pagamento do imposto que originou a opção pelo incentivo. A destinação desta reserva, deve-se, obrigatoriamente, ser aplicadas na expansão da empresa (investimentos).

ITENS 12.5/6 a 12.10 - ANEXO 24 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

ADMINISTRADORES

12.5/6 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:

A.	B.	C.	D.	E.	F.	G.	H.	I.	J.	K.	L.
Nome	Data Nasc	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data eleição	Data posse	Prazo mandato	Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Indicado por controlador	Membro independente (Critério utilizado)	Número de mandatos consecutivos
Barbara Klein de Araújo Carvalho	01/03/1985	Advogada	021.251.865-86	Presidente do Conselho de Administração	16/04/2020	-	1 ano	Assessora de Comunicação/RSE	Sim		7
Geraldo de Oliveira Lopes	05/07/1955	Eng. Metalurgista	280.000.996-91	Vice Presidente do Conselho de administração	16/04/2020	-	1 ano	Diretor Presidente e de Relações com Investidores	Sim		11
José Ronaldo Sobrinho	05/09/1954	Eng.Minas	059.723.965-72	Conselheiro de Administração	16/04/2020	-	1 ano	Diretor de Mineração	Sim		7
Marta Teixeira Barroso Fernandes	18/09/1959	Pedagoga	153.554.465-15	Conselheiro de Administração	16/04/2020	-	1 ano	Diretora Administrativa	Sim		6
Sérgio Curvelo Doria	31/10/1954	Químico Industrial	103.295.285-72	Conselheiro de Administração	16/04/2020	-	1 ano	Diretor Comercial	Sim		7
Paulo Roberto Magalhães Bastos	13/03/1952	Engenheiro Metalúrgico	060.106.875-00	Conselheiro de Administração	16/04/2020	-	1 ano	-	Não	Sim	6
Marcos Sampaio de Souza	12/12/1973	Advogado	719.059.445-00	Conselheiro de Administração	16/04/2020	-	1 ano	-	Sim	Sim	6
Guilherme de Alencar Amado	25/11/1964	Economista	513.589.056-49	Conselheiro de Administração	16/04/2020	-	1 ano	-	Sim	Sim	3
Maria Elvira Lopes Gimenez	18/05/1970	Economista	136.012.018-10	Conselheiro Fiscal (Suplente)	16/04/2020	-	1 ano	-	Não		2
Cristiano Lima da Mota	02/09/1946	Administrador	019.630.665-53	Conselheiro Fiscal (Efetivo)	16/04/2020	-	1 ano	Assessor Dir Administrativa	Sim		3
Emanuel Paixão de Oliveira	29/10/1978	Contador	952.666.315-20	Conselheiro Fiscal (Efetivo)	-	-	1 ano	Controller	Sim		-
Massao Fabio Oya	07/11/1981	Contador	297.396.878-06	Conselheiro Fiscal (Efetivo)	16/04/2020	-	1 ano	-	Não		7
José Santos Souza	30/01/1968	Contador	454.576.625-00	Conselheiro Fiscal (Suplente)	16/04/2020	-	1 ano	-	Sim		6
José Augusto da Silva de Almeida	07/11/1962	Administrador	430.604.555-20	Conselheiro Fiscal (Suplente)	16/04/2020	-	1 ano	-	Sim		7

M.	informações sobre: i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: i.i nome e setor de atividade da empresa; i.ii cargo; i.iii se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor
Sérgio Curvelo Dória	<p>Químico industrial, graduado pela Universidade Federal de Sergipe, em 1978. Ingressou na Ferbasa em 1978. Exerceu o cargo de diretor comercial, desde 1997, tendo como atividades principais a direção e controle dos processos de prospecção de negócios nos mercados interno e externo, vendas, distribuição, importação e exportação, controle dos padrões de qualidade dos produtos fabricados pela empresa e das matérias primas recebidas para processamento, compras e gestão de estoque. Atuou também nas seguintes atividades: assistente da diretoria comercial, de 1993 a 1997, tendo como atribuições a gestão dos processos de controle de qualidade, vendas e distribuição dos produtos para os mercados interno e externo; no período de 1984 a 1993, ocupou a função de chefe da divisão de controle de qualidade, gerenciando os processos de análise químicas e físicas, controle de qualidade e distribuição dos produtos para os mercados interno e externo, sendo o responsável técnico junto ao CRQ – Conselho Regional de Química; foi chefe do Laboratório Químico, de 1980 a 1984, assumindo a coordenação dos processos de análises químicas e físicas e a aprovação de certificados de qualidade dos produtos; de 1979 a 1980 desempenhou o cargo de químico, à frente dos processos de análises químicas e físicas e a aprovação de certificados de qualidade dos produtos. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.</p>
José Ronaldo Sobrinho	<p>Engenheiro de minas, graduado pela Universidade Federal de Pernambuco. Ingressou na Ferbasa em 1980. Ocupou o cargo de diretor de mineração de abril/2009 a abril/2014, tendo como atividades principais a direção e controle dos processos lavra, transporte e beneficiamento de minérios, planejamento de lavra, pesquisas geológicas e geologia de mina. Exerceu também as seguintes atividades: superintendente de mineração – de 1988 a 2001, tendo como atribuições a direção e controle dos processos lavra, transporte e beneficiamento de minérios, planejamento de lavra, pesquisas geológicas e geologia de mina, gestão de manutenção e controle de qualidade; de 1986 a 1988 ocupou o cargo de gerente de produção, assumindo a direção e controle dos processos lavra, transporte e beneficiamento de minérios; atuou como engenheiro de minas de 1980 a 1986, sendo responsável pela coordenação e orientação de processos de perfuração e detonação e a coordenação de lavra de minério. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.</p>
Marta Teixeira Barroso Fernandes	<p>Pedagoga, graduada pela Universidade Católica de Salvador (BA). Em 1979, ingressou na Fundação José Carvalho como aluna do Programa de Formação Administrativa e, após a sua conclusão, migrou para a FERBASA, em 1980, onde ocupou o cargo de diretora administrativa, de abril/2009 até abril/2014, com a missão de comandar os sistemas de gestão de recursos humanos – processos de recrutamento, seleção e treinamento; remuneração, desempenho e competências; os serviços de apoio administrativo, gestão de contratos, tecnologia da informação e as atividades do sistema de gestão integrada. Atuou também como diretora de recursos humanos durante o período de 2000 a 2009, sendo responsável pela coordenação dos sistemas de recursos humanos, serviços de apoio administrativo, contratos, tecnologia da informação e sistema de gestão integrada. De 1994 a 2000, exerceu a posição de superintendente de recursos humanos, assumindo o gerenciamento dos sistemas de gestão de recursos humanos e serviços de apoio administrativo, contratos e tecnologia da informação e segurança no trabalho. Foi chefe da divisão de recursos humanos, no período de 1991 a 1994, sendo responsável pela coordenação dos sistemas de gestão de recursos humanos e serviços de apoio administrativo. No período de 1989 a 1991, atuou como coordenadora de cargos e salários, cujas atribuições englobavam o desenvolvimento de estudos de remuneração, avaliação, pesquisa e controle do plano de cargos e salários. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que a impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.</p>
Barbara Klein de Araújo Carvalho	<p>Advogada. Graduada pela Universidade Salvador-UNIFACS. MBA em gestão empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Pós-Graduação na FGV (GVlaw) em Mercado de Capitais: aspectos jurídicos. Programa de Gestão Avançada (Fundação Dom Cabral/Brasil & INSEAD. Making Boards More Effective- Harvard Business School. Curso para Conselheiros de Administração IBGC e FDC. Ocupou o cargo de Assessora de Comunicação/RSE de dez/2011 a abril/2013, sendo responsável por assegurar suporte operacional e analítico às atividades de Comunicação e de Responsabilidade Social Empresarial da FERBASA. Exerceu também os seguintes cargos: Coordenadora de Comunicação/RSE – 2010; Advogada - 2008 a 2010; Assistente jurídica – 2007 a 2008; Estagiária da Assessoria Jurídica – 2003. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que a impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.</p>
Paulo Roberto Magalhães Bastos	<p>Engenheiro Metalúrgico graduado pela Universidade Federal de Ouro Preto com Mestrado em Metalurgia Física pela Universidade Federal de Minas Gerais. Educação Executiva: 2011 – HARVARD – Driving Corporate Performance (USA); 2011 – MIT – Business Dynamics :- MIT's Approach to Diagnosing and Solving Complex Business Problems (USA); 2001 – CAMPUS (PIONEER Programme), Curso de Gestão Avançada (França); 1996 – PGA, Programa de Gestão Avançada (Fundação Dom Cabral/Brasil & INSEAD/França); Vivência Profissional: Na Arcelor Mittal Inox Brasil (ex-Acesita), no período de 1977 a 2010, foi sucessivamente Engenheiro treinee, Metalurgista-Pesquisador para Aços Elétricos - Laminado a Quente e a Frio, Gerente de Laminado a Frio de Aços Inoxidáveis, Superintendente de Produtos Planos, Superintendente de Infra-Estrutura, Superintendente de Produtos Aços Inoxidáveis e Carbono, Diretor Industrial e Diretor Presidente. Participou do Conselho das seguintes empresas e entidade entre outras: Membro do Conselho Diretor do Instituto Aço Brasil (Mar/08 – Dez/10); Diretor da ABM – Associação Brasileira de Metalurgia, Materiais e Mineração (Abr/2002 – Abr/2009); Membro e Presidente do Conselho Curador da Fundação ArcelorMittal Acesita, (2000 – 2010). Membro do Conselho Curador da Fundação Gorceix. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.</p>
Marcos Sampaio de Souza	<p>Advogado graduado pela Faculdade de Direito da Universidade Católica do Salvador-UCSAL. Especialista em Direito do Estado pela Universidade do Salvador. Mestre em Direito pela UFBA (CAPES 4). Procurador do Estado da Bahia desde 2004. Conselheiro Estadual da OAB/Bahia, desde 2013. Vivência Profissional: Advogado privado, desde o ano de 2000, nas áreas de consultoria e contencioso cível e administrativo, em matéria administrativa, ambiental, comercial/societária, trabalhista e fiscal, atuando em favor de grandes empresas e de instituições do terceiro setor, tais como Sadia, Petrobrás, Parmalat, Coats Corrente, BSC-Bahia Specialty Cellulose, Fundação Odebrecht, Primo Schincariol, ABM-Associação Bahiana de Medicina, além de empresas médias e pequenas. Foi advogado da tradicional banca Escritório de Advogacia Barachisio Lisboa, entre 2000 e 2004. É Advogado Sênior da firma M.Sampaio & Souza – Advogados, desde a fundação. Professor/pesquisador universitário da graduação em direito e pós-graduação em direito da Universidade do Salvador-Unifacs, desde 2003 e da Faculdade Baiana de Direito, desde 2011. É Conselheiro Estadual da OAB/Bahia, desde 2013, onde Preside a Comissão de Orçamento e Contas da entidade. Atua como Procurador do Estado da Bahia, sendo responsável pela Inteligência Estratégica do Órgão e atuando no Grupo de Trabalho de Infraestrutura do Estado da Bahia. Palestrante e autor de diversos artigos sobre direito, em revistas e livros publicados, dentre eles, em 2013, “Conteúdo Essencial dos Direitos Sociais”, editora Saraiva. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.</p>
Geraldo de Oliveira Lopes	<p>Engenheiro metalúrgico, graduado pela Universidade Federal de Ouro Preto-MG em 1977, com extensão em Engenharia de Segurança pela Universidade Católica de Salvador-Ba em 1979. Ingressou na Ferbasa em dezembro de 1977. Ocupou o cargo de diretor presidente de abril de 2009 a abril de 2016. Exerceu também os seguintes cargos: diretor superintendente – de 2008 a 2009, tendo como atividades principais a direção e controle de todas as funções da empresa: industrial, financeira, administrativa, comercial, mineração e recursos florestais, orientando e coordenando as ações das respectivas diretorias, direcionando-as para os resultados planejados. No exercício deste cargo acumulou as funções de relações com investidores; foi diretor industrial, de 1989 a 2008, assumindo a direção dos processos de produção, engenharia, manutenção, gestão de energia e controle de produção; gerente de produção – de 1988 a 1989, no comando dos processos de produção e controle de processo; assistente da diretoria industrial - de 1986 a 1988, como responsável pelo gerenciamento e acompanhamento dos processos de produção de ligas; chefe da divisão de manutenção – de 1985 a 1986, à frente dos processos de manutenção geral, disponibilização e conservação</p>

	dos equipamentos industriais e de transporte de produtos. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.
Guilherme de Alencar Amado	Economista graduado pela Universidade Federal de Minas Gerais em 1987. Pós-graduado em Adm. Financeira - Fundação Dom Cabral 1990. Extensão em Banking - Manchester Business School – Inglaterra 1992. Pós-graduado em Contabilidade - Fundação Getúlio Vargas 1997. MBA – International Business – University of Birmingham – Inglaterra 2000. Extensão em Gestão de Empresas – Convênio Insead Arcelor – Paris – França 2002. É Consultor em finanças e estratégia tendo prestado serviços a uma ampla carteira de clientes. Exerceu também os seguintes cargos: CFO na empresa Ferrous Resources do Brasil S/A e MMX Mineração e Metais S.A.; Diretor do Banco Itaú BBA S.A e Diretor adjunto do Unibanco S.A.; Superintendente Financeiro, Diretor Financeiro das Offshores e Subsidiárias e Membro do Conselho do Fundo de Pensão da Acesita S.A.; Gerente no Banco BBA Creditanstalt S.A.; Oficial de contas no Deutsche Bank AG e Trainee/oficial de contas na Lloyds Bank Plc. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.
Maria Elvira Lopes Gimenez	Associada a Solução Governança Corporativa e Consultoria Ltda. / Jorge Lepeltier Consultores Associados, exercendo o cargo de Supervisora Financeira e Administrativa, prestando também serviços de assessoramento empresarial nas áreas contábil, societária e governança corporativa, atuando em Conselhos Fiscais de Companhias Abertas. Presentemente é Conselheira Fiscal suplente nas seguintes empresas: Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A., Bicycles Monark S.A., WLM Indústria e Comércio S.A., Pettenati Indústria Têxtil S.A. Anteriormente, foi Conselheira Fiscal Titular da AES Tietê S.A. e Suplente da Companhia Providência Ind. e Com. S.A., Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo/ Sabesp e Cristal Pigmentos do Brasil S.A
Cristiano Lima da Mota	Administrador, funcionário da companhia por 37 anos (1976 a 2013); Durante esses anos, nos diversos cargos ocupados, contribuiu com a estruturação e desenvolvimento dos sistemas de gestão de recursos humanos e serviços de apoio administrativo. Exerceu os seguintes cargos: Assessor da diretoria administrativa (2011-2013); Assessor da diretoria de Recursos Humanos (2008-2011); Chefe divisão de pessoal (2003-2008); Chefe de divisão recursos humanos (1989-2003); Chefe de divisão administrativa (1988-1989); Coordenador de relações industriais e Encarregado de almoxarifado (1976-1988). Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.
Emanuel Paixão de Oliveira	Contador e especialista em auditoria pela Fundação Visconde de Cairu. Ocupa o cargo de Diretor de Projetos desde 2019 na Esfera Consulting, tendo como atividades principais a condução institucional, técnica, comercial e administrativo-financeira do negócio. Exerceu também as seguintes atividades: Diretor de Projetos de maio/2017 a dezembro/2018, na Coeso Consultoria e Assessoria Empresarial, sendo responsável pelo desenvolvimento metodológico de soluções, elaboração e realização de apresentações executivas para potenciais clientes, elaboração de propostas de prestação de serviços e respectivos orçamentos; Diretor de Parcerias e Investimentos Sociais– de 2015 a 2017, na Fundação Odebrecht , responsável pela prospecção e/ou encaminhamento das relações com Investidores Sociais, envolvendo aporte financeiro/financiamento para os projetos de responsabilidade social empresarial apoiados; Controller na Cia. de Ferroligas da Bahia – Ferbasa de 2012 a 2015 , responsável pela gestão das áreas de planejamento, custos, auditoria interna e compliance; Controller na Monte Tabor de 2011 a 2012 responsável pela contabilidade societária, planejamento, prestação de contas de Convênios firmados e gestão da atividade de auditoria interna; Gerente Sênior na PricewaterhouseCoopers de 2005 a 2011 responsável pela venda e gestão de projetos relacionados a consultoria organizacional e a auditoria operacional; Supervisor na Performance Auditoria e Consultoria Empresarial de 2000 a 2005 responsável pela Coordenação e revisão técnica de trabalhos relacionados a auditoria independente. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.
Massao Fabio Oya	Consultor e Conselheiro Fiscal/Contador, com MBA em Gestão Financeira e Controladoria pelo Centro Universitário Padre Anchieta – Jundiá/SP. Experiência Profissional: 2009 - Atual - Consultor Autônomo presentemente associado a Jorge Lepeltier Consultores Associados Ltda e Solução Governança Corporativa Consultoria Ltda; Como Analista Contábil Senior na PAREX BRASIL S.A. (2007 a 2009);Analista Contábil na ECON DISTRIBUIÇÃO S.A (2006 a 2007) e na IBAC S.A. (POZZANI) 2000 a 2005. Como Conselheiro Fiscal atuou como Titular ou Suplente das seguintes Companhias: Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo – Sabesp; Companhia Paranaense de Energia - Copel; Pettenati Indústria Têxtil S.A; Wetzel S.A. Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar; Banrisul - Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. WLM Indústria e Comércio S.A.; General Shopping S.A. Mangels Industrial S.A.; Millennium Inorganic Chemicals do Brasil S.A.; EZ TEC Empreend. e Participações S.A. ; Bardella S.A – Indústrias Mecânicas; • Azevedo & Travassos S.A.; TIM Participações S.A.; Brasil Ecodiesel S.A.; CSU Cardsystem S.A.; Companhia Providência Ind. e Com. S.A.; M&G Poliéster S.A.; Eucatex S.A. – Indústria e Comércio. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.
José Santos Souza	Formado em bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Católica Dom Bosco, é funcionário da Fundação José Carvalho desde 1995, no cargo de Coordenador Contábil, sendo responsável pelo setor contábil e fiscal. Possui experiência de 28 anos em contabilidade, desempenhando carreira em outras empresas (de 1988 a 1995). Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.
José Augusto da Silva de Almeida	Administrador, formado pela Faculdade Jorge Amado em 2010, trabalha na Fundação José Carvalho desde 1986, onde exerceu a função de professor de matemática no Colégio Técnico da Fundação José Carvalho. A partir de 1989 exerceu a função de gerente de unidades do grupo, analista financeiro, e assessor administrativo da presidência. Não possui qualquer condenação judicial ou administrativa que o impeça de praticar atividades profissionais e/ou comerciais.

N.	descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
i. qualquer condenação criminal	Não aplicável
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas	Não aplicável
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer	Não aplicável

12.6 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro do conselho de administração ou do conselho fiscal no último exercício, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	% Participação nas reuniões realizadas
Barbara Klein de Araújo Carvalho	100%
Geraldo de Oliveira Lopes	100%
José Ronaldo Sobrinho	100%
Marcos Sampaio de Souza	100%
Marta Teixeira Barroso Fernandes	100%
Paulo Roberto Magalhães Bastos	100%
Sérgio Curvelo Doria	100%
Guilherme Amado	100%

CONSELHO FISCAL	
Cristiano Lima da Mota	100%
Maria Elvira Lopes Gimenez	-
Tatiane dos Santos Gubert	100%
José Augusto da Silva de Almeida	-
José Santos Souza	-
Massao Fabio Oya	100%

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.5 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

COMITE	A.	B.	C.	D.	E.	F.	G.	H.	I.	J.	K.	L.
	Nome	Data Nasc	Profissão	CPF	Cargo eletivo ocupado	Data eleição	Data posse	Prazo mandato	Outros cargos ou funções exercidos no emissor	Indicado por controlador	Membro independente (Critério utilizado)	Número de mandatos consecutivos
AUDITORIA	Marta Teixeira Barroso Fernandes	18/09/1959	Pedagoga	153.554.465-15	Membro do comitê - efetivo	23/04/2019	23/04/2019	1 ano	Diretora Administrativa	Sim		6
	Barbara Klein de Araújo Carvalho	01/03/1985	Advogada	021.251.865-86	Membro do comitê - efetivo	23/04/2019	23/04/2019	1 ano	Assessora de Comunicação/RSE	Sim		7
	Guilherme de Alencar Amado	25/11/64	Economista	513.589.056-49	Membro do comitê - efetivo	23/04/2019	23/04/2019	1 ano	Consultor externo	Sim	Sim	3
RECURSOS HUMANOS	Sérgio Curvelo Doria	21/10/1954	Químico Industrial	103.295.285-72	Membro do comitê - efetivo	23/04/2019	23/04/2019	1 ano	Diretor Comercial	Sim		7
	Marta Teixeira Barroso Fernandes	18/09/1959	Pedagoga	153.554.465-15	Membro do comitê - efetivo	23/04/2019	23/04/2019	1 ano	Diretora Administrativa	Sim		6
	Barbara Klein de Araújo Carvalho	01/03/1985	Advogada	021.251.865-86	Membro do comitê - efetivo	23/04/2019	23/04/2019	1 ano	Assessora de Comunicação/RSE	Sim		7
ESTRATÉGICO	Marcos Sampaio de Souza	12/12/1973	Advogado	719.059.445-00	Membro do comitê - efetivo	23/04/2019	23/04/2019	1 ano	-	Sim	Sim	6

José Ronaldo Sobrinho	05/09/1954	Eng. Minas	059.723.965-72	Membro do comitê - efetivo	23/04/2019	23/04/2019	1 ano	Diretor de Mineração	Sim		7
Paulo Roberto Magalhães Bastos	13/03/1952	Engenheiro Metalúrgico	060.106.875-00	Membro do comitê - efetivo	23/04/2019	23/04/2019	1 ano	-	Não	Sim	6
Geraldo de Oliveira Lopes	05/07/1955	Eng. Metalurgista	280.000.996-91	Membro do comitê - efetivo	23/04/2019	23/04/2019	1 ano	Diretor Presidente e de Relações com Investidores	Sim		11

Observação: As informações exigidas do item 12.7, já foram mencionadas no item 12.5, referentes às letras "m" e "n", devido a corresponderem aos mesmos membros da Administração.

12.8 Em relação a cada uma das pessoas que atuaram como membro dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários, informar, em formato de tabela, o percentual de participação nas reuniões realizadas pelo respectivo órgão no mesmo período, que tenham ocorrido após a posse no cargo.

COMITE	NOME	% Participação nas reuniões realizadas
AUDITORIA	Marta Teixeira Barroso Fernandes	100%
	Barbara Klein de Araújo Carvalho	100%
	Guilherme de Alencar Amado	100%
RECURSOS HUMANOS	Sérgio Curvelo Dória	100%
	Marta Teixeira Barroso Fernandes	100%
	Barbara Klein de Araújo Carvalho	100%
ESTRATÉGICO	Marcos Sampaio de Souza	100%
	José Ronaldo Sobrinho	100%
	Paulo Roberto Magalhães Bastos	100%
	Geraldo de Oliveira Lopes	100%

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

A. administradores do emissor	Não aplicável
B. (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor	Não aplicável
C. (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor	Não aplicável
D. (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor	Não aplicável

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

A. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor, com exceção daquelas em que o emissor detenha, direta ou indiretamente, a totalidade do capital social	Não aplicável
B. controlador direto ou indireto do emissor	Não aplicável
C. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas	Não aplicável

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

Prezados Senhores,

A Administração da Cia. de Ferro Ligas da Bahia - FERBASA, nos termos do que dispõe a legislação pertinente e, de acordo com seu Estatuto Social, vem propor a V.Sas. a apreciação das seguintes propostas:

1. Aprovação da Remuneração Global fixa dos administradores no montante de até R\$ 14.183.000,00, incluindo benefícios.
2. Aprovação da Remuneração Global variável no montante de até R\$ 11.751.000,00.

As informações necessárias à devida análise da proposta da remuneração dos administradores encontram-se dispostas no **Anexo III** desta proposta, conforme estabelece o art. 12 da Instrução CVM 481/09.

Salvador, 16/03/2020

**Ferbasa****REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2019**

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

- 13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e não estatutária, do Conselho Fiscal, dos Comitês Estatutários e dos Comitês de Auditoria, de Risco, Financeiro e de Remuneração, abordando os seguintes aspectos:

A. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.:

A política de remuneração da Ferbasa visa assegurar o alinhamento dos seus objetivos à produtividade e eficácia dos seus colaboradores, de todos os níveis, mantendo o equilíbrio interno e a competitividade em relação ao mercado.

Adicionalmente, ressaltamos que o sistema de remuneração é estruturado por critérios que consideram aspectos como: competência, grau de responsabilidade, disponibilidade, exclusividade e evolução da carreira na Companhia, tendo como referência os valores praticados pelo mercado.

A prática de remuneração utilizada pela Companhia é aplicada conforme descrito neste formulário. A política de remuneração da Companhia é aprovada anualmente pelo Conselho de Administração por delegação da Assembleia Geral.

B. Composição da remuneração, indicando:

(i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração:

- **Honorários fixos mensais:** sendo treze parcelas ao ano. Todos os Conselheiros recebem remuneração fixa com o objetivo de reconhecer e refletir o valor do cargo, tanto internamente (empresa) como externamente (mercado).
- **Benefícios:** pacote composto por seguro de vida, assistência médica extensiva aos dependentes, bonificação de saída, check-up médico e plano de previdência privada (extensivo apenas aos membros com atuação exclusiva e (sss) oriundos de outras carreiras desenvolvidas na Companhia). Objetiva reconhecer e refletir o valor dos cargos estratégicos.
- **Remuneração variável de curto prazo:** definida pelo resultado alcançado nas metas globais e específicas, limitada em até 10% do lucro líquido, conforme estabelece o Estatuto Social e a Lei 6.404/76. Objetiva o reconhecimento das posições estratégicas, estimulando ações voltadas ao alcance e a superação de metas globais da empresa associadas ao planejamento estratégico.

Diretoria estatutária:

- **Honorários fixos mensais:** sendo treze parcelas ao ano; todos os diretores recebem remuneração fixa com o objetivo de reconhecer e refletir o valor do cargo, tanto internamente (empresa) como externamente (mercado).
- **Benefícios:** pacote de benefícios que inclui seguro de vida, previdência privada, bonificação de saída, plano de assistência médica extensiva aos dependentes e check-up executivo. Tem como

**Ferbasa****REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2019**

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

objetivo manter competitivo o pacote de contratação com benefícios da assistência social.

- **Remuneração variável de curto prazo:** definida pelo resultado alcançado nas metas globais e específicas, limitada em até 10% do lucro líquido, conforme estabelece o Estatuto Social e a Lei 6.404/76. Tem como objetivo premiar o alcance e superação de metas da empresa, área e individuais, alinhadas ao orçamento e planejamento estratégico.

Comitês:

- *Nenhum dos conselheiros recebe remuneração direta e relacionada à sua participação nos Comitês estabelecidos.*

Conselho Fiscal:

- *A política de remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia é estabelecida em conformidade com a legislação aplicável.*

(ii) Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total:

2019	Remuneração fixa		Remuneração variável	TOTAL %
	Honorários	Benefícios		
Conselho de Administração	50,24%	3,08%	46,69%	100,00%
Diretoria Estatutária	52,90%	4,11%	42,99%	100,00%

2018	Remuneração fixa		Remuneração variável	TOTAL %
	Honorários	Benefícios		
Conselho de Administração	48,97%	5,16%	45,87%	100,00%
Diretoria Estatutária	49,63%	5,52%	44,85%	100,00%

2017	Remuneração fixa		Remuneração variável	TOTAL %
	Honorários	Benefícios		
Conselho de Administração	48,90%	6,18%	44,92%	100,00%
Diretoria Estatutária	50,51%	6,30%	43,19%	100,00%

Nota: - Considerado como base os valores anuais.

(iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Em Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia é fixado o montante anual que será empregado na remuneração global de seus administradores.

**Ferbasa****REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2019**

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

No que tange às políticas de remuneração variável de curto prazo (PLR), os valores são reavaliados utilizando-se os parâmetros de reajuste da remuneração fixa, e os limites estabelecidos no Estatuto e previstos pela Lei das S.A.

Quanto aos benefícios, no tocante a previdência privada, os valores são reajustados de acordo com as regras contratuais do plano, que prevê a utilização de um índice para correção da inflação. Os demais são reavaliados de acordo com o mercado.

(iv) Razões que justificam a composição da remuneração

A estratégia de remuneração da Ferbasa visa assegurar o alinhamento dos seus objetivos à produtividade e eficácia dos funcionários, a manutenção do equilíbrio interno e a competitividade em relação ao mercado, através de uma remuneração atrativa e coerente com as responsabilidades inerentes aos respectivos cargos.

(v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Todos os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia são remunerados.

C. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

(i) Remuneração fixa e benefícios: *A remuneração está atrelada ao grau de responsabilidade do cargo, observando práticas de mercado e legislação vigente;*

(ii) Remuneração variável: *Os indicadores de desempenho levados em consideração na determinação dos elementos da remuneração dos nossos administradores compreendem o alcance de metas globais (EBITDA ajustado e Receita Líquida) e individuais (com até seis indicadores para atingimento do plano estratégico), além de outros indicadores específicos das diversas diretorias da Companhia. A remuneração variável é baseada em metas quantitativas e formalmente contratada, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da companhia. Sendo assim, os valores a serem pagos aos nossos administradores a título de participação nos resultados, dependem da evolução da companhia e do alcance de metas globais e individuais.*

D. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

A remuneração variável é estruturada com base no percentual de atingimento das metas estabelecidas e no acompanhamento entre o previsto e o realizado, analisados anualmente entre a Diretoria Executiva e o Conselho de Administração, com base nos indicadores e metas estabelecidos.

E. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

No curto prazo, a Companhia visa manter uma política de remuneração competitiva em relação ao mercado e equilibrada no âmbito interno, a fim de atrair e desenvolver talentos que lhe

permitam atingir os seus objetivos estratégicos. No médio prazo, por meio do pagamento de remuneração variável atrelada aos indicadores de desempenho operacionais, globais e individuais, alinhados ao plano estratégico da Companhia. Para fortalecer o compromisso de longo prazo, busca convergência de interesse entre a Companhia e seus colaboradores.

F. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não existe remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos da Companhia.

G. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não existem remunerações ou benefícios vinculados à ocorrência de qualquer evento societário envolvendo a empresa, tais como alienação do controle societário.

H. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

A remuneração anual global dos administradores é analisada e fixada em Assembleia Geral, após proposta submetida pela Administração da Companhia. Cabe ao Conselho de Administração, determinar os honorários fixos e variáveis dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, observado o limite da remuneração global anual aprovada em assembleia geral, nos termos do artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações.

ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

O Conselho de Administração é responsável pela definição da remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria a partir das atribuições e funções de cada cargo e em observância a padrões de mercado para profissionais com experiência semelhante em empresas dos setores em que a Companhia atua, conforme seu tamanho e relevância no mercado.

iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política

A avaliação do Conselho de Administração para adequação da Política de Remuneração é realizada e anualmente e os critérios adotados já estão descritos ao longo do item 13.1.

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e a prevista para o exercício social corrente, do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Conselho Fiscal, elaborar tabela conforme abaixo:



Ferbasa

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2019

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

2020 (Previsão)				
A. órgão	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
B. número total de membros	8	8	3	19
C. número de membros remunerados	8	8	3	19
D. remuneração segregada em:				
i. remuneração fixa anual, segregada em:				
i.i salário ou pró-labore	6.237.100,00	6.448.900,00	497.000,00	13.183.000,00
i.ii benefícios diretos e indiretos	400.000,00	600.000,00		1.000.000,00
i.iii remuneração por participação em comitês				
i.iv outros				
ii remuneração variável, segregada em:				
ii.i bônus				
ii.ii participação nos resultados	5.753.900,00	5.997.100,00		11.751.000,00
ii.iii remuneração por participação em reuniões				
ii.iv comissões				
ii.v outros				
iii benefícios pós-emprego				
iv benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
v remuneração baseada em ações, incluindo opções				
E. valor , por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal				
F. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	12.391.000,00	13.046.000,00	497.000,00	25.934.000,00
O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/N.º 01/2017.			TOTAL	25.934.000,00

2019				
A. órgão	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
B. número total de membros	8	8	3	19
C. número de membros remunerados	8	8	3	19
D. remuneração segregada em:				
i. remuneração fixa anual, segregada em:				
i.i salário ou pró-labore	5.918.082,73	6.239.114,56	480.788,10	12.637.985,39
i.ii benefícios diretos e indiretos	362.302,30	484.311,14		846.613,44
i.iii remuneração por participação em				



Ferbasa

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2019

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

comitês				
i.iv outros				
ii remuneração variável, segregada em:				
ii.i bônus				
ii.ii participação nos resultados	5.500.000,00	5.071.000,00		10.571.000,00
ii.iii remuneração por participação em reuniões				
ii.iv comissões				
ii.v outros				
iii benefícios pós-emprego				
iv benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
v remuneração baseada em ações, incluindo opções				
E. valor , por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal				
F. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	11.780.385,03	11.794.425,70	480.788,10	24.055.598,83
O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/N.º 01/2017.			TOTAL	24.055.598,83

2018				
A. órgão	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
B. número total de membros	7,75	7,42	3	18,17
C. número de membros remunerados	7,75	7,42	3	18,17
D. remuneração segregada em:				
i. remuneração fixa anual, segregada em:				
i.i salário ou pró-labore	5.013.501,41	5.588.233,35	454.350,21	11.056.084,97
i.ii benefícios diretos e indiretos	518.220,55	641.006,30		1.159.226,85
i.iii remuneração por participação em comitês				
i.iv outros				
ii remuneração variável, segregada em:				
ii.i bônus				
ii.ii participação nos resultados	4.607.194,95	5.365.098,24		9.972.293,19
ii.iii remuneração por participação em reuniões				
ii.iv comissões				
ii.v outros				
iii benefícios pós-emprego				
iv benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
v remuneração baseada em ações, incluindo opções				

**Ferbasa****REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2019**

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

E.	valor , por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal				
F.	total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	10.138.916,91	11.594.337,89	454.350,21	22.187.605,01
O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/N.º 01/2017.				TOTAL	22.187.605,01

2017				
A. órgão	CONSELHO ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA ESTATUTÁRIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
B. número total de membros	8	7	3	18
C. número de membros remunerados				
D. remuneração segregada em:				
i. remuneração fixa anual, segregada em:				
i.i salário ou pró-labore	3.797.031,70	4.798.126,33	386.195,09	8.981.353,12
i.ii benefícios diretos e indiretos	479.580,68	598.253,68		1.077.834,36
i.iii remuneração por participação em comitês				
i.iv outros				
ii remuneração variável, segregada em:				
ii.i bônus				
ii.ii participação nos resultados	3.500.733,94	4.104.591,27		7.605.325,21
ii.iii remuneração por participação em reuniões				
ii.iv comissões				
ii.v outros				
iii benefícios pós-emprego				
iv benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo				
v remuneração baseada em ações, incluindo opções				
E. valor , por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal				
F. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	7.777.346,32	9.500.971,28	386.195,09	17.664.512,69
O número de membros de cada órgão foi apurado da forma especificada no Ofício-Circular/CVM/SEP/N.º 01/2017.			TOTAL	17.664.512,69

**Ferbasa****REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2019**

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

- 13.3** Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração variável prevista para o exercício social corrente (2020)				
A. órgão	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
B. número total de membros	8	8	3	19
C. número de membros remunerados				
D. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração				
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração				
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado				
E. em relação à participação no resultado:	5.753.900,00	5.997.100,00		11.751.000,00
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração				
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado				
TOTAL	5.753.900,00	5.997.100,00		11.751.000,00

Remuneração variável do exercício encerrado em 31/12/2019				
A. órgão	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
B. número total de membros	8	8	3	19
C. número de membros remunerados				
D. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração				
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração				
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado				

**Ferbasa****REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2019**

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

E	em relação à participação no resultado:				
i	Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
ii	Valor máximo previsto no plano de remuneração				
iii	Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	5.500.000,00	5.071.000,00		10.571.000,00
iv	valor efetivamente reconhecido no resultado				
TOTAL		5.500.000,00	5.071.000,00		10.571.000,00

Remuneração variável do exercício encerrado em 31/12/2018				
A. órgão	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
B. número total de membros	7,75	7,67	3	18,42
C. número de membros remunerados				
D. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração				
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração				
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado				
E. em relação à participação no resultado:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração				
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	4.607.194,95	5.365.098,24		9.972.293,19
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado				
TOTAL	4.607.194,95	5.365.098,24		9.972.293,19

**Ferbasa****REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2019**

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

Remuneração variável do exercício encerrado em 31/12/2017				
A. órgão	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA	CONSELHO FISCAL	TOTAL
B. número total de membros	7	7	3	17
C. número de membros remunerados	7	7	3	17
D. em relação ao bônus:				
i. valor mínimo previsto no plano de remuneração				
ii. valor máximo previsto no plano de remuneração				
iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas				
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado				
E. em relação à participação no resultado:				
i. Valor mínimo previsto no plano de remuneração				
ii. Valor máximo previsto no plano de remuneração				
iii. Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	3.500.733,94	4.104.591,27		7.605.325,21
iv. valor efetivamente reconhecido no resultado				
TOTAL	3.500.733,94	4.104.591,27		7.605.325,21

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do Conselho de Administração e da Diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

A nossa política não prevê remuneração baseada em ações. Em virtude disso todas as questões vinculadas a este item foram respondidas com "Não se aplica".

A. termos e condições gerais	Não se aplica
B. principais objetivos do plano	Não se aplica
C. forma como o plano contribui para esses objetivos	Não se aplica
D. como o plano se insere na política de remuneração do emissor	Não se aplica
E. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo	Não se aplica
F. número máximo de ações abrangidas	Não se aplica
G. número máximo de opções a serem outorgadas	Não se aplica
H. condições de aquisição de ações	Não se aplica
I. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício	Não se aplica
J. critérios para fixação do prazo de exercício	Não se aplica
K. forma de liquidação	Não se aplica
L. restrições à transferência das ações	Não se aplica

**Ferbasa****REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2019**

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

M.	critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano	Não se aplica
N.	efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações	Não se aplica

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A nossa política não prevê remuneração baseada em ações, razão pela qual todas as questões vinculadas a este item foram respondidas com “Não se aplica”.

A.	ORGÃO	Conselho de Administração	Diretoria
B.	número total de membros		
C.	número de membros remunerados		
D.	em relação a cada outorga de opções de compra de ações:		
i.	data de outorga	Não se aplica	Não se aplica
ii.	quantidade de opções outorgadas	Não se aplica	Não se aplica
iii.	prazo para que as opções se tornem exercíveis	Não se aplica	Não se aplica
iv.	prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	Não se aplica
v.	prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica
vi.	preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:		
	• em aberto no início do exercício social	Não se aplica	Não se aplica
	• perdidas durante o exercício social	Não se aplica	Não se aplica
	• exercidas durante o exercício social	Não se aplica	Não se aplica
	• expiradas durante o exercício social	Não se aplica	Não se aplica
E.	valor justo das opções na data de cada outorga	Não se aplica	Não se aplica
F.	diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas	Não se aplica	Não se aplica

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

A nossa política não prevê remuneração baseada em ações, razão pela qual todas as questões vinculadas a este item foram respondidas com “Não se aplica”.

A.	ORGÃO	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
B.	número de membros		
C.	número de membros remunerados		
D.	em relação às opções ainda não exercíveis		
i.	quantidade	Não se aplica	Não se aplica

**Ferbasa****REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2019**

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

ii.	data em que se tornarão exercíveis	Não se aplica	Não se aplica
iii.	prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	Não se aplica
iv.	prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica
v.	preço médio ponderado de exercício	Não se aplica	Não se aplica
vi.	valor justo das opções no último dia do exercício social	Não se aplica	Não se aplica
E.	em relação às opções exercíveis		
i.	quantidade	Não se aplica	Não se aplica
ii.	prazo máximo para exercício das opções	Não se aplica	Não se aplica
iii.	prazo de restrição à transferência das ações	Não se aplica	Não se aplica
iv.	preço médio ponderado de exercício	Não se aplica	Não se aplica
v.	valor justo das opções no último dia do exercício social	Não se aplica	Não se aplica
vi.	valor justo do total das opções no último dia do exercício social	Não se aplica	Não se aplica

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

A nossa política não prevê remuneração baseada em ações, razão pela qual todas as questões vinculadas a este item foram respondidas com "Não se aplica".

A.	ORGÃO	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
B.	número de membros		
C.	número de membros remunerados		
D.	em relação às opções exercidas informar:		
i.	número de ações	Não se aplica	Não se aplica
ii.	preço médio ponderado de exercício	Não se aplica	Não se aplica
iii.	valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	Não se aplica	Não se aplica
E.	em relação às ações entregues informar:		
i.	número de ações	Não se aplica	Não se aplica
ii.	preço médio ponderado de aquisição	Não se aplica	Não se aplica
iii.	valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas	Não se aplica	Não se aplica

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo.

**Ferbasa****REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2019**

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

A nossa política não prevê remuneração baseada em ações, razão pela qual todas as questões vinculadas a este item foram respondidas com "Não se aplica".

A.	modelo de precificação	Não se aplica
B.	dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco	Não se aplica
C.	método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado	Não se aplica
D.	forma de determinação da volatilidade esperada	Não se aplica
E.	se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo	Não se aplica

- 13.9** Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

Acionistas – 31/12/2019	ON	PN
Conselho de Administração	616	113.600
Diretoria Executiva	-	21.800
Conselho Fiscal	-	-
Total	616	135.400

- 13.10** Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do Conselho de Administração e aos Diretores Estatutários, fornecer as seguintes informações:

A. órgão	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	DIRETORIA
B. número de membros	5	8
C. número de membros remunerados		
D. nome do plano	Brasilprev	Brasilprev
E. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	-	-
F. condições para se aposentar antecipadamente	N/A	*É exigido tempo mínimo de permanência no plano e idade mínima p/ aposentadoria
G. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	3.496.809,40	5.100.460,35

**Ferbasa****REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2019**

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

H.	valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	345.500,40	447.113,88
I.	se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Resgate só permitido após o desligamento	Resgate só permitido após o desligamento

13.11 Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

A. Órgão	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017	2019	2018	2017
B. número de membros	8	7,67	7	8	7,75	7	3	3	3
C. número de membros remunerados	8	7,67	7	8	7,75	7	3	3	3
D. Valor da maior remuneração individual	1.685.527,47	1.705.803,00	1.491.917,97	1.745.029,99	1.467.153,00	1.179.086,55	160.262,70	141.479,62	121.956,34
E. Valor da menor remuneração individual	1.430.964,91	1.413.482,58	1.214.384,18	952.049,09	796.094,51	701.166,44	160.262,70	141.479,62	121.956,34
F. Valor médio da remuneração individual	1.463.619,66	1.451.611,33	1.271.816,80	1.427.260,34	1.229.035,47	1.042.537,95	160.262,70	141.479,62	121.956,34

Obs.: Valores referentes aos honorários fixos.

Observação	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
31/12/2019	O cálculo do número de membros da Diretoria Executiva é efetuado de forma a refletir a média do número de membros apurada mensalmente.	O cálculo do número de membros da Diretoria Executiva é efetuado de forma a refletir a média do número de membros apurada mensalmente.	O cálculo do número de membros da Diretoria Executiva é efetuado de forma a refletir a média do número de membros apurada mensalmente.
31/12/2018			
31/12/2017			

13.12 Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor.

Conforme previsão da cláusula 3.3.5 constante dos Contratos de Prestação de Serviços celebrados entre a Companhia e os membros da Diretoria e do Conselho de Administração, em caso de destituição do cargo ou aposentadoria, será devido, a título de benefício, o pagamento de bônus pecuniário calculado com base no tempo de permanência no cargo.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do Conselho de

**Ferbasa****REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES | ANEXO III - 2019**

Informações requeridas no item 13 do formulário de referência - Instrução CVM nº 480, de 7/ dezembro/2009

Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

Remuneração Total	2019	2018	2017
Conselho de Administração	62,50%	64,76%	64,76%
Diretoria	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho Fiscal	33,3%	33,3%	33,3%

- 13.14** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não existem remunerações ou quaisquer valores reconhecidos no resultado da Companhia referentes à remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria, por qualquer razão "que não" a função que ocupam.

- 13.15** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária ou do Conselho Fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não há valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de controladas da Companhia como remuneração de membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia.

- 13.16** Outras informações que o emissor julgue relevantes

Não existem outras informações relevantes relativas a este item 13 que não tenham sido consideradas acima.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES – ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E O RESULTADO OPERACIONAL.

10.1. Comentários dos Diretores sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais.

A Diretoria considera que as atuais condições financeiras e patrimoniais são favoráveis e tornam a Companhia apta a cumprir com suas obrigações de curto, médio prazos e longo prazo. Essa afirmativa é baseada, principalmente, nos seguintes aspectos:

- ✓ Geração de lucros de forma consistente;
- ✓ Forte geração operacional de caixa;
- ✓ Estrutura de capital constituída predominantemente por recursos próprios;
- ✓ Volume inexpressivo de inadimplência.

b) Estrutura de capital.

A Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem bem abaixo do praticado pelas demais empresas de Mineração, Siderurgia e Metalurgia.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

A FERBASA possui estrutura de capital fundamentalmente constituída por recursos próprios de seus acionistas. A Ferbasa encerrou o ano com uma dívida líquida consolidada de R\$ 264,1 milhões, ante uma dívida líquida de R\$ 208,2 milhões em 2018. O aumento de 26,8% na dívida líquida consolidada foi ocasionado, principalmente, pelo consumo de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras da ordem de R\$ 128,2 milhões durante o ano de 2019. A Companhia captou, no segundo semestre de 2019, o montante de R\$137.000 com o Banco Bradesco S.A., que será pago em 05 (cinco) parcelas anuais (2020 a 2024) decorrente da liquidação antecipada do saldo devedor da aquisição da BW Guirapá junto aos respectivos vendedores sem incorrer em penalidades ou de qualquer compensação financeira.

A Companhia tem o direcionamento de manter uma posição robusta em caixa e aplicações financeiras de forma a fazer frente aos seus compromissos financeiros e operacionais. O montante mantido em caixa tem como objetivo honrar os desembolsos previstos no curso normal de suas operações, enquanto que o excedente é investido em aplicações financeiras de alta liquidez. Os únicos passivos financeiros da Companhia com prazo de vencimento superior a 1 ano, e com liquidação em caixa, são os empréstimos e financiamentos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

Fontes de capital de giro gerados pelas suas próprias operações e recursos próprios provenientes de reservas de retenção de lucros (reservas para investimentos e reservas de incentivos fiscais), que geram o Orçamento de Capital e uma parcela de capital de terceiro, ambos submetidos à aprovação em AGO.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

Não aplicável.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo:

i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes;

No final do exercício de 2019, existem obrigações decorrentes de financiamento, no valor de R\$ 186,1 milhões (R\$ 64,2 milhões, em 31/12/2018) na controladora e R\$ 499,8 milhões (R\$ 402,7 milhões em 31/12/2018) no consolidado, sendo R\$ 5,4 milhões referentes a custo de captação, totalizando o saldo líquido de R\$ 494,4 milhões em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 396,8 milhões em 31/12/2018):

<u>Modalidade</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>Encargos (a.a.)</u>	<u>Amortização</u>	<u>Garantias</u>	<u>R\$ mil</u>
FINEX	2020	8,2%	Trimestral	Histórico de Exportação	10.646
FINAME	2021 a 2024	TJLP + 3,5% a 3,9%.	Mensal	Alienação fiduciária	6.713
FINAME	2022 a 2024	2,5% a 6%	Mensal	Alienação fiduciária	5.758
FINEM	2022 a 2025	TJLP + 1,52% a 2,26%	Mensal	Hipoteca de terreno	23.962
NCE	2024	CDI + 0,70%	Anual	Histórico de Exportação	139.051
Total controladora					<u>186.130</u>
FINEM	2032	TJLP + 2,65%	Mensal	Vide (ii)	313.676
Total consolidado					<u><u>499.806</u></u>

Trata-se de capital de terceiros de longo prazo para aplicação em investimentos na área florestal e para aquisições de máquinas e equipamentos alocados na metalurgia e mineração. Adicionalmente, em 6 de outubro de 2015 as Centrais Eólicas assinaram, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), os contratos de financiamento de construção do parque eólico. O financiamento está distribuído pelas SPEs. A taxa de juros dos contratos é de 2,65% a.a. mais a variação da TJLP, com pagamentos mensais e sucessivos, vencendo o 1º em 15/12/2015 e o último em 15/04/2032.

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2021	37.844	61.623
2022	35.835	60.123
2023	30.541	55.333
2024	32.697	57.991
2025 em diante	3.111	187.407
Total	<u>140.028</u>	<u>422.477</u>

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras;

Em setembro de 2020, a Companhia liquidou antecipadamente o saldo devedor de R\$137.000, referente ao preço de aquisição do Complexo Eólico BW Guirapá, junto aos respectivos vendedores, o qual seria pago em 2 (duas) parcelas anuais (2020 e 2021), a um custo financeiro de CDI +1% a.a., sem incorrer em penalidades ou de qualquer compensação financeira e assumiu uma nova dívida, de mesmo

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

valor, com o Banco Bradesco S.A., que será paga em um prazo maior, 5 (cinco) parcelas anuais (2020 a 2024), a um custo financeiro menor de CDI +0,7% a.a. (vide nota explicativa nº 21). Os saldos remanescentes das obrigações com a aquisição de controlada se referem à contraprestação contingente (earn-out payment) de R\$2.284 e R\$4.978 de negociação com fornecedores.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas;

Não aplicável.

iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Cláusulas contratuais restritivas – “covenants”

A Companhia possui financiamentos os quais incluem cláusulas restritivas com exigibilidade de cumprimento de performance de índices periódicos, sob condição de antecipação do vencimento da dívida em caso de descumprimento dos covenants. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia cumpriu as cláusulas restritivas, financeiras e não financeiras, dos contratos vigentes nesta data.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia atendeu o índice exigido nos contratos de financiamento em que a razão entre dívida financeira líquida e o EBTIDA, consolidados, deverá ser menor ou igual a 2,5x durante todo o período de vigência dos contratos.

Especificamente à BW Guirapá e às Centrais Eólicas, é exigido manter, durante toda a vigência do contrato de financiamento do BNDES, o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD) anual consolidado em 1,30, o qual foi atendido em 31 de dezembro de 2019. Além disso, têm como obrigações relevantes, cumprimento de prazos para iniciar e executar a operação comercial; apresentação ao BNDES das respectivas licenças de operações; manter-se em situação regular com os órgãos de meio ambiente, CCEE, à ANEEL, ao MME, ao Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”) e/ou quaisquer outros órgãos e entidades integrantes da Administração Pública Direta ou Indireta; bem como adotar medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho. Essas cláusulas foram atendidas.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados.

Financiamentos contratados	Percentual utilizado	Valor utilizado
614,5 milhões	97,9%	601,8 milhões

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Resumo das Demonstrações Financeiras

De acordo com a Administração, as demonstrações financeiras anuais, abaixo referidas, refletem a correta apresentação da posição patrimonial, financeira e de resultado de nossas operações para os referidos exercícios.

Apresentação das informações contábeis

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

A leitura e análise das demonstrações e demais informações contábeis a elas referenciadas, incluídas neste documento, devem considerar os seguintes aspectos quanto à elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de certos ativos imobilizados na data de transição para o CPC/IFRS, exceto para certos ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos de proteção cambial) e ativos biológicos que são mensurados ao valor justo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras de 2019.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), com observância às disposições contidas na CVM. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas atendem, também, às normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Considerando que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. As demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

O relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referentes aos exercícios findos em 2019, 2018 e 2017, inclui parágrafo de “Outros Assuntos” sobre o fato de que, as demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Desta forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo. Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

Principais práticas contábeis

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores há 03 meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A Companhia possui com bancos, emissores de primeira linha, fundos exclusivos de investimento, em linha com a sua Política de Gestão de Riscos e Gestão Financeira, classificados como caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras no ativo circulante e não circulante. A titularidade destes fundos é da Companhia e a rentabilidade da carteira encontra-se inclusa nas notas explicativas nos 9 e 10 das Demonstrações Financeiras de 2019.

(b) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de produtos no curso normal de suas atividades, acrescidas de variação cambial quando denominadas em moeda estrangeira. Os prazos de recebimentos são de, no máximo, 33 dias. São, portanto, apresentadas no ativo circulante e reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado.

As perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”) são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando: (i) o conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações financeiras, (ii) Instrumentos financeiros que tiveram aumento significativo no risco de crédito, nas não apresentam evidência objetiva de impairment, e; (iii) ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de impairment em 31 de dezembro 2019.

As PECLD foram constituídas em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes. O ajuste a valor presente do saldo de contas a receber de clientes não é relevante devido ao curto prazo de sua realização.

(c) Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

O custo da madeira transferida dos ativos biológicos é o seu valor justo acrescido dos gastos com colheita e fretes.

Os saldos dos estoques são apresentados líquidos de perdas esperadas constituídas para cobrir

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

eventuais perdas prováveis identificadas ou estimadas pela Administração.

(d) Adiantamento a fornecedores de energia elétrica

Os adiantamentos para esses fornecedores correspondem às antecipações por condições contratuais para garantia futura de entrega de energia. Os mesmos são classificados no ativo circulante ou não circulante, a depender do prazo de compensação, definidos em contratos previamente negociados. São inicialmente reconhecidos ao custo amortizado.

(e) Ativo biológico

Os ativos biológicos correspondem às florestas de eucalipto, as quais são destinadas à produção de biorredutor, utilizado como insumo básico na produção de ferroligas, além de venda de madeira não consumida para terceiros. O processo de colheita tem um ciclo aproximado de 07 (sete) anos, podendo variar a partir da cultura e material genético ao qual se refere. Os ativos biológicos são mensurados a valor justo, deduzidos dos custos estimados de venda no momento da colheita.

As premissas significativas na determinação do valor justo dos ativos biológicos estão demonstradas na nota explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras de 2019.

A avaliação destes ativos é feita anualmente pela Companhia, sendo o ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado denominada “Variação do Valor Justo dos Ativos Biológicos”. O valor da exaustão dos ativos biológicos é mensurado pelo volume de madeira cortada, avaliada por seu valor justo.

(f) Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção e custo atribuído deduzidos de depreciação acumulada.

A depreciação dos ativos inicia-se quando estão prontos para uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. É reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo, pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizações em andamento que não sofrem depreciação).

A exaustão das minas é calculada pela taxa correspondente à relação entre a quantidade de minério exaurido e a reserva lavrável estimada.

A baixa de um item do imobilizado ocorre após alienação. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras receitas (despesas) operacionais".

Imobilizações em andamento, para fins de fornecimento de produtos ou serviços são registradas ao valor de custo.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o exercício em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

(g) Arrendamentos

A Companhia e suas controladas avaliam, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Direito de uso em arrendamento

A Companhia e suas controladas reconhecem os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Arrendamentos a pagar

Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam tanto na mensuração inicial quanto na remensuração taxas nominais observáveis.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia e suas controladas aplicam a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

(h) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que têm vida útil definida são revisados para verificação de indicadores de impairment em cada data do balanço e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Caso exista indicador, os ativos são testados para impairment.

Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, não foi identificado impairment para ativos não financeiros.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

(i) Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes por serem devidas em até 01 ano. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

(j) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida com base na legislação societária brasileira e no estatuto social da Companhia. No encerramento do balanço, o valor do dividendo mínimo obrigatório é registrado como passivo circulante na conta “dividendos e juros sobre capital próprio” por ser considerado como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. A parcela dos dividendos que exceder ao mínimo obrigatório é apresentada na rubrica “dividendo adicional proposto”, no grupo “reservas de lucros” no patrimônio líquido. Uma vez aprovada pela assembleia geral, essa parcela é transferida para o passivo circulante.

A Companhia poderá antecipar aos seus acionistas, com base na legislação societária vigente e no seu Estatuto Social, os pagamentos de juros sobre o capital e/ou dividendos.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

(k) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício que difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia e suas controladas com base nas alíquotas vigentes no final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos somente são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro tributável dos próximos anos esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas, com base em projeções elaboradas e fundamentadas por premissas internas. Impostos diferidos passivos são integralmente reconhecidos, e os valores contabilizados e as projeções são periodicamente revisadas.

(l) Provisões

As provisões para fechamento da mina, desmobilização e para contingências (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente, ainda que não formalizada, como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A provisão para recuperação ambiental compreende os gastos representativos de fechamento de mina decorrentes da finalização das atividades. O custo de desmobilização de ativo equivalente à obrigação está capitalizado como parte do valor contábil do ativo, sendo amortizado pelo período de sua vida útil. As provisões para contingências são reconhecidas no resultado do exercício

(m) Empréstimos e financiamentos

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

(n) Benefícios a empregados

(i) Benefício pós-emprego

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a plano de pensão de administração privada em bases contratuais ou voluntárias. A partir do cessamento das contribuições e prazos pactuados, a Companhia não tem obrigações relativas a pagamentos adicionais.

A Companhia oferece benefício pós-emprego a funcionários por tempo de serviço prestado. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, estimando quantos empregados irão atingir este direito e descontando-se o montante a valor presente.

(ii) Benefício de assistência médica aposentadoria

A Companhia oferece benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, em conformidade com os preceitos legais atinentes ao tema. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período de emprego, usando-se a mesma metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e mudanças das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio líquido, em outros componentes do resultado abrangente. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários qualificados e independentes.

(iii) Prêmio de aposentadoria e multa FGTS – Acordos coletivos

Conforme acordos e convenções da Companhia, o empregado ao se aposentar na empresa, por invalidez, por tempo de serviço ou por velhice, fará jus a um prêmio no valor de 10% (dez por cento) do salário nominal para cada ano de serviço, limitado a 01 (um) salário nominal. Adicionalmente, o empregado optante pelo FGTS, ao ser aposentado em definitivo, e não permanecendo na Companhia na ocasião do desligamento, fará jus às verbas indenizatórias a que tem direito como se fosse desligado por

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

conveniência da mesma. Para fazer jus a esses benefícios, o tempo de serviço prestado necessita ser superior a 05 (cinco) anos (Metalurgia) e de 08 (oito) anos (Mineração).

(iv) Participações nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos lucros e resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada. , o que corresponde a um máximo de 10 (dez) anos do empregado na mesma empresa.

(o) Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Quando a Companhia compra suas ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), são deduzidos do patrimônio líquido atribuível aos acionistas até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

(p) Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos arrendamentos entre Companhias controladas. Também é reconhecido na linha de receita de vendas o resultado do incentivo fiscal do ICMS DESENVOLVE. Sobre este resultado não há incidência de PIS e COFINS. As controladas reconhecem a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas; (iii) quando a Companhia transfere ao comprador o controle relacionado à propriedade dos produtos, ou seja, quando da efetiva entrega dos produtos; e (iv) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia e de suas controladas.

(q) Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é representado pelo Conselho de Administração, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

(r) Subvenções governamentais

A Companhia possui subvenção governamental denominada de "ICMS - DESENVOLVE", reconhecida sistematicamente no resultado quando da sua apuração.

Os benefícios do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

Bahia (ICMS DESENVOLVE), com a finalidade de expansão do processo industrial, objetivando o aumento da produção de ferroligas, estão pautados nos seguintes termos:

- (i) Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas importações e nas aquisições produzidas neste Estado, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
- (ii) Diferimento do lançamento e do pagamento do ICMS nas aquisições em outra unidade da Federação relativamente ao diferencial de alíquotas, de bens destinados ao ativo fixo, para o momento em que ocorrer sua desincorporação;
- (iii) Dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses para pagamento do saldo devedor do ICMS relativo às operações próprias, gerado em razão dos investimentos previstos no projeto incentivado, conforme estabelecido na Classe I, da Tabela I, anexa ao Regulamento do ICMS DESENVOLVE;
- (iv) Parcela do saldo devedor mensal do ICMS passível do incentivo, em o que exceder a R\$3.414, corrigido anualmente pelo IGPM;
- (v) Concessão do prazo de 12 (doze) anos para fruição dos benefícios, contados a partir da utilização da Resolução Concessiva nº 59/2015 do DOE, de 12 de maio de 2015;
- (vi) Sobre cada parcela do ICMS com prazo dilatado, incidirá taxa de juros de 80% (oitenta pontos percentuais) da TJLP ao ano ou outra que venha substituí-la, de acordo com a Tabela II, anexa ao Regulamento do ICMS DESENVOLVE;
- (vii) No que tange à dilação de prazo de 72 (setenta e dois) meses, ocorrendo a antecipação do recolhimento da parcela com prazo dilatado, a Companhia terá como benefício um desconto de 90% (noventa por cento) sobre o valor passível de dilação, devendo recolher os 10% (dez por cento) restantes a título de ICMS. A parcela do desconto está sendo registrada na rubrica “Receita líquida de vendas”;
- (viii) A Lei 13.564, de 20 de junho de 2016, estabeleceu a obrigatoriedade de depósito, em favor do Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Lei nº 7.988, de 21 de dezembro de 2001, do valor correspondente a 10% (dez por cento) inerente ao respectivo incentivo ou benefício, sob pena de perda deste, em caso de descumprimento. O Estado da Bahia regulamentou através do Decreto nº 16.970 de 19 de agosto de 2016, os procedimentos a serem adotados no cálculo e recolhimento do valor do depósito. A Companhia cumpre as determinações previstas na legislação em vigor.

(r) Consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas, bem como de fundos exclusivos mensurados de acordo com os critérios divulgados na nota explicativa nº 6 das Demonstrações Financeiras de 2019. A divulgação acerca dos percentuais de participação da Companhia em cada uma de suas controladas encontra-se divulgado na nota explicativa nº 17 das Demonstrações Financeiras de 2019. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis em decorrência de seu envolvimento com a entidade e é capaz de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma.

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as demonstrações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial. No processo de consolidação, os saldos das contas patrimoniais e das contas de resultado correspondentes a transações realizadas com empresas controladas são eliminados, bem como, os ganhos e perdas não realizados e os investimentos nessas controladas e seus respectivos resultados de equivalência patrimonial. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

Demonstrações do Resultado, Balanços Patrimoniais e Demais Informações Financeiras

Seguem abaixo as demonstrações de resultados, nossos balanços patrimoniais e demais informações financeiras consolidadas para os exercícios indicados, preparadas de acordo com a legislação vigente:

Demonstração do resultado consolidado para os exercícios indicados (em milhares de reais).

	Consolidado						Variação	
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2017		2019/2018	2018/2017
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	1.279.550	100,0%	1.381.056	100,0%	1.108.722	100,0%	-7,3%	24,6%
Custo dos produtos vendidos	(1.063.051)	-83,1%	(920.601)	-66,7%	(758.296)	-68,4%	15,5%	21,4%
Variação do valor justo dos ativos biológicos	41.983	3,3%	22.266	1,6%	41.368	3,7%	88,6%	-46,2%
LUCRO BRUTO	258.482	20,2%	482.721	35,0%	391.794	35,3%	-46,5%	23,2%
DESPESAS OPERACIONAIS								
Com vendas	(13.693)	-1,1%	(10.884)	-0,8%	(22.416)	-2,0%	25,8%	-51,4%
Gerais e administrativas	(127.411)	-10,0%	(135.923)	-9,8%	(118.596)	-10,7%	-6,3%	14,6%
Outras receitas (despesas) operacionais	61.864	4,8%	39.660	2,9%	(4.768)	-0,4%	56,0%	-931,8%
	(79.240)	-6,2%	(107.147)	-7,8%	(145.780)	-13,1%	-26,0%	-26,5%
Equivalência patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%		
LUCRO OPERACIONAL	179.242	14,0%	375.574	27,2%	246.014	22,2%	-52,3%	52,7%
RESULTADO FINANCEIRO								
Receitas financeiras	143.160	11,2%	48.920	3,5%	75.652	6,8%	192,6%	-35,3%
Despesas financeiras	(67.022)	-5,2%	(74.594)	-5,4%	(12.778)	-1,2%	-10,2%	483,8%
	76.138	6,0%	(25.674)	-1,9%	62.874	5,7%	-396,6%	-140,8%
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS SOBRE O LUCRO	255.380	20,0%	349.900	25,3%	308.888	27,9%	-27,0%	13,3%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL								
Isenção e redução	31.980	2,5%	50.634	3,7%	37.636	3,4%	-36,8%	34,5%
Correntes	(47.543)	-3,7%	(81.085)	-5,9%	(63.850)	-5,8%	-41,4%	27,0%
Diferidos	(18.284)	-1,4%	(10.261)	-0,7%	(12.412)	-1,1%	78,2%	-17,3%
	(33.847)	-2,6%	(40.712)	-2,9%	(38.626)	-3,5%	-16,9%	5,4%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	221.533	17,3%	309.188	22,4%	270.262	24,4%	-28,4%	14,4%
Lucro atribuído aos acionistas controladores	221.176	17,3%	308.799	22,4%	269.852	24,3%	-28,4%	14,4%
Lucro atribuído aos acionistas não controladores	357	0,0%	389	0,0%	410	0,0%	-8,2%	-5,1%
LUCRO BÁSICO/DILUÍDO POR AÇÃO ON - R\$	2,4394		3,4059		2,9763			
LUCRO BÁSICO/DILUÍDO POR AÇÃO PN - R\$	2,6834		3,7465		3,2739			

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

Balancos Patrimoniais levantados em 2019, 2018 e 2017

As tabelas abaixo apresentam um resumo dos Balancos Patrimoniais consolidados, bem como as variações ocorridas nos períodos apresentados:

ATIVO	Consolidado						Variação	
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2017		2019/2018	2018/2017
CIRCULANTE								
Caixa e equivalentes de caixa	73.721	2,7%	182.113	6,8%	92.440	5,0%	-59,5%	97,0%
Aplicações financeiras	100.633	3,7%	110.132	4,1%	421.571	22,7%	-8,6%	-73,9%
Contas a receber de clientes	97.445	3,5%	135.943	5,1%	129.315	7,0%	-28,3%	5,1%
Estoques	338.357	12,3%	313.126	11,8%	202.087	10,9%	8,1%	54,9%
Tributos a recuperar	52.389	1,9%	18.506	0,7%	12.235	0,7%	183,1%	51,3%
Despesas antecipadas	2.564	0,1%	3.272	0,1%	1.595	0,1%	-21,6%	105,1%
Adiantamentos a fornecedores	14.292	0,5%	13.356	0,5%	13.560	0,7%	7,0%	-1,5%
Instrumentos financeiros de proteção cambial	1.742	0,1%	25.087	0,9%	993	0,1%	-93,1%	2426,4%
Outros ativos	<u>12.610</u>	0,5%	<u>8.873</u>	0,3%	<u>14.583</u>	0,8%	42,1%	-39,2%
Total do ativo circulante	<u>693.753</u>	25,3%	<u>810.408</u>	30,5%	<u>888.379</u>	47,9%	-14,4%	-8,8%
NÃO CIRCULANTE								
Adiantamento a fornecedores	16.530	0,6%	30.697	1,2%	42.165	2,3%	-46,2%	-27,2%
Impostos diferidos	-	0,0%	-	0,0%	5.312	0,3%	-	-100,0%
Aplicações financeiras	68.649	2,5%	78.930	3,0%	26.089	1,4%	-13,0%	202,5%
Estoques	380	0,0%	377	0,0%	3.305	0,2%	0,8%	-88,6%
Tributos a recuperar	177.324	6,5%	5.422	0,2%	5.454	0,3%	3170,5%	-0,6%
Depósitos judiciais	40.844	1,5%	12.041	0,5%	5.930	0,3%	239,2%	103,1%
Instrumentos financeiros de proteção cambial	1.594	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	-	-
Outros créditos	<u>735</u>	0,0%	<u>545</u>	0,0%	<u>442</u>	0,0%	34,9%	23,3%
	<u>306.056</u>	11,1%	<u>128.012</u>	4,8%	<u>88.697</u>	4,8%	139,1%	44,3%
Investimentos	124	0,0%	124	0,0%	124	0,0%	0,0%	0,0%
Imobilizado e intangível	1.511.799	55,0%	1.521.958	57,2%	666.515	35,9%	-0,7%	128,3%
Direito de uso em arrendamento	49.552	1,8%	-	-	-	0,0%	-	-
Ativo biológico	<u>185.160</u>	6,7%	<u>199.408</u>	7,5%	<u>212.746</u>	11,5%	-7,1%	-6,3%
	<u>1.746.635</u>	63,6%	<u>1.721.490</u>	64,7%	<u>879.385</u>	47,4%	1,5%	95,8%
Total do ativo não circulante	<u>2.052.691</u>	74,7%	<u>1.849.502</u>	69,5%	<u>968.082</u>	52,1%	11,0%	91,0%
TOTAL DO ATIVO								
	<u>2.746.444</u>	100,0%	<u>2.659.910</u>	100,0%	<u>1.856.461</u>	100,0%	3,3%	43,3%

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Consolidado						Variação	
	31/12/2019		31/12/2018		31/12/2017		2019/2018	2018/2017
CIRCULANTE								
Fornecedores	69.298	2,5%	61.084	2,3%	61.125	3,3%	13,4%	-0,1%
Empréstimos e financiamentos	71.920	2,6%	44.071	1,7%	6.393	0,3%	63,2%	589,4%
Obrigações com aquisição de controlada	-	0,0%	39.554	1,5%	-	0,0%	-100,0%	
Obrigações trabalhistas e atuariais	62.273	2,3%	75.131	2,8%	67.575	3,6%	-17,1%	11,2%
Impostos e contribuições sociais	10.787	0,4%	22.968	0,9%	6.737	0,4%	-53,0%	240,9%
Conta ressarcimento CCEE	3.343	0,1%	1.002	0,0%	-	0,0%	233,6%	
Provisão para passivo ambiental	579	0,0%	1.656	0,1%	-	0,0%	-65,0%	
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	5.308	0,2%	8.454	0,3%	20.328	1,1%	-37,2%	-58,4%
Arrendamentos a pagar	21.179	0,8%	-	0,0%	-	0,0%		
Outros passivos	11.364	0,4%	6.153	0,2%	6.945	0,4%	84,7%	-11,4%
Total do passivo circulante	256.051	9,3%	260.073	9,8%	169.103	9,1%	-1,5%	53,8%
NÃO CIRCULANTE								
Empréstimos e financiamentos	422.477	15,4%	352.744	13,3%	59.989	3,2%	19,8%	488,0%
Obrigações com aquisição de controlada	7.262	0,3%	137.182	5,2%	-	0,0%	-94,7%	
Obrigações trabalhistas e atuariais	86.723	3,2%	67.586	2,5%	41.478	2,2%	28,3%	62,9%
Impostos e contribuições sociais	87	0,0%	87	0,0%	87	0,0%	0,0%	0,0%
Impostos diferidos	19.565	0,7%	12.210	0,5%	-	0,0%	60,2%	
Conta ressarcimento CCEE	5.447	0,2%	8.334	0,3%	-	0,0%	-34,6%	
Provisões para contingências	60.553	2,2%	51.445	1,9%	52.197	2,8%	17,7%	-1,4%
Provisão para passivo ambiental	22.889	0,8%	21.134	0,8%	11.049	0,6%	8,3%	91,3%
Arrendamentos a pagar	27.217	1,0%	-	0,0%	-	0,0%		
Total do passivo não circulante	652.220	23,7%	650.722	24,5%	164.800	8,9%	0,2%	294,9%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO								
Capital social	1.225.444	44,6%	1.225.444	46,1%	1.225.444	66,0%	0,0%	0,0%
Reservas de lucros	608.864	22,2%	498.861	18,8%	286.696	15,4%	22,1%	74,0%
Ajustes de avaliação patrimonial	23.553	0,9%	44.770	1,7%	30.674	1,7%	-47,4%	46,0%
Ações em tesouraria	(25.754)	-0,9%	(25.754)	-1,0%	(25.754)	-1,4%	0,0%	0,0%
Patrimônio líquido dos acionistas controladores	1.832.107	66,7%	1.743.321	65,5%	1.517.060	81,7%	5,1%	14,9%
Participação dos acionistas não controladores	6.066	0,2%	5.794	0,2%	5.498	0,3%		
Total do patrimônio líquido	1.838.173	66,9%	1.749.115	65,8%	1.522.558	82,0%	5,1%	14,9%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2.746.444	100,0%	2.659.910	100,0%	1.856.461	100,0%	3,3%	43,3%

Comparação dos resultados operacionais e financeiros nos exercícios sociais findos em 2019 e 2018.

Na tabela abaixo, ilustramos os principais destaques do exercício 2019, em comparação ao ano anterior:

(Em milhões de Reais) - Consolidado	2019	2018	Δ%
Dólar médio praticado	3,93	3,61	8,9%
Receita Líquida	1.279,5	1.381,1	-7,4%
Custo dos produtos vendidos	1.063,0	920,6	15,5%
<i>Custo sobre receita líquida</i>	<i>83,1%</i>	<i>66,7%</i>	
EBITDA ajustado	241,7	430,4	-43,8%
Margem EBITDA	18,9%	31,2%	
Lucro (Prejuízo) Líquido	221,5	309,2	-28,4%
<i>Margem de lucro</i>	<i>17,3%</i>	<i>22,4%</i>	

Produção - Foram produzidas aproximadamente 233,4 mil toneladas de ferroligas em 2019, representando um decréscimo de 11,5% em relação a 2018. As ligas de cromo recuaram 21,9%, enquanto que as de silício avançaram 9,1%.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

Volume de Vendas – Foram comercializadas 222,6 mil toneladas de ferroligas em 2019, um recuo de 1,5% em relação a 2018, resultado influenciado pelo fraco desempenho do mercado interno, e compensado pelo aumento de 28,6% nas vendas para o mercado externo. Além disso, considerando o consumo interno de algumas ferroligas para a produção de outras, registramos em 2019 uma redução de 20,4% no saldo em estoque de produtos acabados (vide nota explicativa 12 das Demonstrações Financeiras de 2019).

Receita Líquida - A receita líquida totalizou R\$ 1.279,5 milhões em 2019, representando um decréscimo de 7,4% em relação a 2018. Esse resultado foi impactado pelas reduções de 1,5% no volume de vendas e de 17,3% no preço médio ponderado em dólar de nossos principais produtos. Por sua vez, a valorização de 8,9% no dólar médio praticado gerou um efeito compensatório. Vale lembrar, que a receita advinda do Complexo Eólico BW Guirapá participa integralmente dos valores consolidados da FERBASA em 2019, enquanto, em 2018, isso ocorreu a partir do 2T18.

Custo dos produtos vendidos - Em 2019, o CPV totalizou R\$ 1.063,0 milhões, registrando um aumento de 15,5% em comparação com 2018, impactado pela incorporação da BW Guirapá (BWG), a partir do 2T18, e pelas elevações nos custos de energia e matérias-primas estratégicas. Considerando-se apenas a relação do CPV das ferroligas sobre sua respectiva receita líquida (%), os resultados obtidos são de 77,9% para 2019 e 65,1% para 2018.

Despesas com vendas e gerais/administrativas - As despesas com vendas registraram um acréscimo de 25,7%, enquanto as despesas gerais/administrativas recuaram 6,3% com relação a 2018, em decorrência da redução das provisões sobre o lucro e maior controle de dispêndios. As despesas com vendas foram impactadas pelo crescimento das exportações de ferroligas e minério de cromo.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS - Conforme já comunicado pela Companhia, após o trânsito em julgado da ação referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, aferimos a receita de R\$ 197,1 milhões (sendo o efeito líquido de R\$ 133,1 milhões), segregada em R\$ 116,1 milhões referente ao valor do principal em Outras Despesas/Receitas Operacionais, e R\$ 81,0 milhões atinente à respectiva atualização monetária registrada no resultado financeiro. O pedido de habilitação do crédito foi deferido pela Receita Federal em dezembro de 2019.

Outras despesas/receitas operacionais - A linha outras (despesas) receitas operacionais apresentou um resultado líquido positivo de R\$ 61,9 milhões, frente ao resultado positivo de R\$ 39,7 milhões registrado em 2018. Esse crescimento ocorreu devido ao crédito de R\$ 116,1 milhões (valor do principal), referente ao trânsito em julgado da ação de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS.

EBITDA Ajustado - Registramos uma geração operacional de R\$ 241,7 milhões em 2019, equivalente a 18,9% de margem EBITDA, sendo R\$ 65,1 milhões correspondentes ao parque eólico BWG. O EBITDA apresentou uma redução de 43,8% frente a 2018, quando atingiu o montante de R\$ 430,4 milhões e margem de 31,2%.

Resultado Financeiro e Hedge Cambial - Em 2019, o resultado financeiro foi positivo em R\$ 76,1 milhões, influenciado pelo resultado de R\$ 26,1 milhões, referente às operações liquidadas de Hedge Cambial; pelo registro da atualização monetária de R\$ 81,0 milhões, correspondente ao trânsito em julgado da ação de exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e da COFINS; e, também, pelo resultado financeiro da BW Guirapá, que foi negativo em R\$ 26,4 milhões.

Geração/Consumo de Caixa - Foi consolidado um consumo de caixa e equivalentes de caixa de R\$ 108,4 milhões, influenciado pela redução do lucro, pelos investimentos e pela distribuição de proventos. Além disso, merecem atenção os juros pagos e a amortização de empréstimos da BW Guirapá junto ao BNDES. Adicionalmente, realizamos a permuta vantajosa do financiamento de aquisição do Complexo Eólico BWG. Para tanto, quitamos antecipadamente o saldo devedor junto ao Santander e à Brazil Wind, no valor de R\$ 137,0 milhões, montante que seria pago em 02 (duas) parcelas anuais (2020 e 2021), a um custo financeiro de CDI +1% a.a., sem incorrer em penalidades. Em paralelo, contraímos uma nova dívida no mesmo valor junto ao Banco Bradesco S.A., ao custo financeiro de CDI +0,7% a.a., a qual será paga em 05 (cinco) parcelas anuais (2020 a 2024). Finalizamos o ano com o saldo consolidado de caixa e equivalentes de caixa e aplicação financeira de R\$ 243,0 milhões. O aumento de 26,8%

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

na dívida líquida consolidada foi ocasionado, principalmente, pelo consumo de caixa e equivalentes de caixa e de aplicações financeiras da ordem de R\$ 128,2 milhões durante o ano de 2019.

Lucro Líquido - O lucro líquido consolidado de 2019 totalizou R\$ 221,5 milhões, representando uma redução de 28,4% em relação a 2018, resultado influenciado pelos efeitos supracitados e que serão mais detalhados nas seções seguintes deste relatório.

CAPEX - O montante relativo aos investimentos alcançou R\$ 116,2 milhões, representando um aumento de 27,3% em relação aos números de 2018. Este total engloba também os investimentos pontuais e estratégicos aprovados e iniciados em 2018, mas que tiveram parte de sua realização executada em 2019.

Outras informações e medidas não contábeis

O EBITDA não é uma medida definida pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade, representando o lucro do exercício apurado antes dos juros, do imposto de renda, da contribuição social, da depreciação, da amortização e da exaustão. A FERBASA apresenta o seu EBITDA Ajustado de acordo com a Instrução CVM 527/12, adicionando ou excluindo do indicador o valor justo de ativos biológicos, a perda (ganho) na baixa de ativo imobilizado e constituição (reversão) de provisão para contingências. Em razão da relevância dos valores não recorrentes, os mesmos foram devidamente ajustados, conforme abaixo demonstrado.

<i>Em milhões de reais - Consolidado</i>	2019	2018	Δ%
Lucro (Prejuízo) Líquido	221,5	309,2	-28,4%
(+/-) Resultado financeiro líquido	(50,0)	10,6	-
(+/-) Resultado hedge	(26,1)	15,2	-
(+/-) IRPJ/CSLL	33,8	40,7	-17,0%
(+/-) Depreciação, amortização, exaustão e mais valia ¹	147,9	117,9	25,4%
EBITDA	327,1	493,6	-33,7%
(+/-) Provisão para contingências e outros ²	8,1	(1,2)	-
(+/-) Exclusão ICMS base PIS e COFINS ³	(94,1)	-	-
(+/-) Efeito líquido do valor justo de ativos biológicos ⁴	0,6	7,9	-92,4%
(+/-) Baixa de imobilizado	-	0,7	-
(+/-) Compra vantajosa ⁵	-	(70,6)	-
EBITDA Ajustado	241,7	430,4	-43,8%
Margem EBITDA	18,9%	31,2%	

¹ Efeito da depreciação e amortização do ativo imobilizado e do direito de uso reconhecidos no resultado, além da exaustão do custo histórico do ativo biológico e da realização da mais-valia.

² Efeito líquido da provisão para contingências decorrente da constituição de novos processos e as reversões do exercício. Em 2018, o montante inclui baixa de estoque por inventário.

³ Efeito da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS que não contempla a atualização monetária e dos impostos de renda e contribuição social que estão apresentados no resultado financeiro líquido e IRPJ/CSLL, respectivamente. O valor está líquido do PIS/COFINS, assessoria jurídica e PLR (participação nos lucros e resultados) proporcional.

⁴ Efeito líquido entre a variação do valor justo do exercício (preço/crescimento) e o valor justo da exaustão (venda/consumo). A variação refere-se basicamente às mudanças nas principais premissas: aumento de preço, queda da taxa da WAAC e aumento do volume pela conclusão dos inventários florestais realizados no último trimestre de 2019.

⁵ Efeito do ganho com compra vantajosa antes dos impostos (que está apresentado no IRPJ/CSLL) e líquido da PLR proporcional.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

10.2. Comentários dos Diretores sobre:

a) Resultado das operações da Companhia, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita.

Em 2019, a receita líquida de R\$ 1.279,5 milhões representou uma queda de 7,4%, se comparada ao exercício anterior. A receita líquida das ferroligas foi impactada pela redução de 17,3% no preço médio ponderado, em dólar, de nossos principais produtos; e pela retração de 1,5% no volume de vendas, fatores parcialmente compensados pela valorização de 8,9% do dólar médio praticado.

A receita líquida da comercialização do minério de cromo agregou a variação de 42,0%, decorrente do aumento no seu volume de exportação, que cresceu de 25,2 mil toneladas, em 2018, para 61,7 mil toneladas em 2019. Já a variação positiva de 32,1% na receita advinda dos parques eólicos, em relação ao ano anterior, reflete o efeito da incorporação da BWG a partir do segundo trimestre de 2018.

O faturamento líquido total do mercado interno diminuiu 19,3% em comparação a 2018, com um recuo de 16,6% no volume comercializado de ferroligas no mesmo período analisado.

Já o mercado externo gerou 15,9% a mais de receita líquida em relação ao ano anterior, crescimento justificado pela expansão no volume de vendas de ferrossilício (25,4%) e aumento das exportações de minério de cromo.

<i>(Em milhões de Reais)</i>	2019	2018	$\Delta\%$
<i>Mercado Interno</i>			
Ligas de Cromo	521,3	671,1	-22,3%
Ligas de Silício	70,2	121,1	-42,0%
Energia Eólica	93,9	71,1	32,1%
Demais Produtos (*)	51,9	50,1	3,6%
Total MI	737,3	913,4	-19,3%
<i>Mercado Externo</i>			
Ligas de Cromo	109,7	75,2	45,9%
Ligas de Silício	407,8	375,1	8,7%
Minério de Cromo	24,7	17,4	42,0%
Total ME	542,2	467,7	15,9%
TOTAL (MI+ME)	1.279,5	1.381,1	-7,4%

(*) inclui receita com minério, cal, microsilica, madeira e escórias.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Já informados anteriormente.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita líquida das ferroligas foi impactada pela redução de 17,3% no preço médio ponderado, em dólar, de nossos principais produtos; e pela retração de 1,5% no volume de vendas, fatores parcialmente compensados pela valorização de 8,9% do dólar médio praticado.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante.

(i) Impactos nos custos dos produtos vendidos

Os custos das ligas em 2019 foram influenciados pelo aumento de 4,45% na tarifa de energia elétrica, a partir de julho de 2018, e de 3,32% a partir de julho de 2019. Somam-se a isso, os aumentos dos custos de transmissão, Encargos de Serviço do Sistema (ESS) e da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), além da utilização de parcela relevante da energia do Mercado Livre contratada, cujo custo médio foi superior ao da CHESF.

Quando analisado, especificamente, o custo unitário de produção do ferrocromo alto carbono cresceu 9,2%, em decorrência da redução do seu volume de produção e da elevação nos custos da matéria-prima, com destaque para o coque, cujo preço foi impactado pela valorização do dólar; e para o aumento de 13,7% no custo do Minério de Cromo, em decorrência do: (i) aumento dos gastos com rampa de acesso e galeria de lavra; (ii) redução de 11% na produção; e (iii) prorrogação dos ganhos objetivados pelo projeto Hard Lump, para 2020.

Quanto ao ferrocromo baixo carbono, também observamos uma elevação de 6,5% no custo unitário de produção. Houve redução de 18,7% no volume de produção e acréscimo de 5,6% no custo com redutor (FeSiCr), que foi impactado pelo aumento do FeCrAC, já comentado. O minério de cromo também contribuiu negativamente, com um incremento de 8,4% no seu custo.

O custo unitário de produção do ferrossilício aumentou 4,8%, em decorrência principalmente das elevações no custo de energia e também da pasta eletródica, que registrou um aumento de 15,7%.

É possível observar que a relação entre o Custo dos Produtos Vendidos (CPV) e a receita líquida passou dos 66,7% de 2018, para 83,1% em 2019.:

<i>(Em milhões de Reais)</i>	2019	2018
Ligas de Cromo	505,5	502,8
Ligas de Silício	357,9	305,7
Energia Eólica	61,8	48,6
Demais Produtos (i)	68,7	38,0
Subtotal de produtos	993,9	895,1
Exaustão do ativo biológico	42,6	30,2
Capacidade ociosa	20,3	1,9
Energia CCEE comercializada	(2,6)	(10,5)
Outros	8,8	3,9
Subtotal de outros	69,1	25,5
Total Geral	1.063,0	920,6
% Receita líquida	83,1%	66,7%

(i) Incluem custos para os produtos: minério de cromo (tipo Lump para exportação), areia de cromita, cal, microsilica, madeira e escórias.

Consoante o observado na tabela acima, a exaustão (colheita) é reconhecida no Custo do Produto Vendido (CPV), junto com o consumo de biorredutor para a fabricação de

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

ferrossilício 75 (detalhado na Nota Explicativa 19 – Ativo Biológico). Já a variação do valor justo do ativo biológico é apresentada em linha específica da Demonstração de Resultado do Exercício.

Além disso, destacam-se os R\$ 61,8 milhões da linha “Energia Eólica”, referentes ao CPV de geração de energia da BW Guirapá. Esses custos estão associados à transmissão, depreciação e à manutenção do parque eólico.

10.3. Comentários da diretoria sobre efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados.

a) Introdução ou alienação de segmento operacional.

Em 2 de abril de 2018, a Ferbasa adquiriu a BW Guirapá I S.A. (“BW Guirapá”), o que inclui indiretamente a aquisição de 100% das ações das sete Centrais Eólicas do Complexo Guirapá. O Complexo Eólico Guirapá está localizado no Estado da Bahia, possui capacidade instalada total de 170,2 MW, prazo de autorização de funcionamento de 35 anos e energia contratada por 20 anos, por meio do Leilão de Energia de Reserva realizado em 2011, cujos contratos expiram em 2034. A partir dessa data, a Companhia passou a deter o controle direto da BW Guirapá e a titularidade de todas as ações, cujas informações estão detalhadas na nota explicativa nº 17.1 das Demonstrações Financeiras de 2019. Esta aquisição está em linha com o Planejamento Estratégico da Companhia e visa garantir e implementar melhorias no processo e ciclo produtivo da Companhia.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em abril de 2018, a Cia de Ferro Ligas da Bahia – Ferbasa S.A., a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A. e a Brazil Wind S.A. celebraram um contrato de compra e venda de 100% das ações de emissão da BW Guirapá I S.A. (“BW Guirapá”), o que inclui indiretamente a aquisição de 100% das ações das sete Centrais Eólicas do Complexo Guirapá. A compra está em linha com o Planejamento Estratégico da Companhia e visa garantir e implementar melhorias no processo e ciclo produtivo da Companhia.

O Complexo Eólico Guirapá está localizado no Estado da Bahia, possui capacidade instalada total de 170,2 MW, prazo de autorização de funcionamento de 35 anos e energia contratada por 20 anos, por meio do Leilão de Energia de Reserva realizado em 2011, cujos contratos expiram em 2034.

A seguir, um resumo das características operacionais de cada uma das Centrais Eólicas:

Central Eólica	Capacidade instalada (MW) (*)	1ª Portaria de Autorização do MME ⁽¹⁾	Energia contratada 1º quadriênio (MWmed) ⁽³⁾	Energia contratada 2º quadriênio (MWmed) ⁽³⁾	Preço inicial do Contrato (R\$/MWh)	Preço atualizado (R\$/MWh) ⁽²⁾
Angical	12,95	37, de 03/02/2012	6,0	5,6	99,98	156,22
Caititu	22,2	54, de 09/02/2012	10,5	10,5	99,98	156,22
Coqueirinho	29,6	53, de 09/02/2012	13,5	13,4	96,97	151,51
Corrupião	27,75	70, de 22/02/2012	13,7	12,9	96,97	151,51
Inhambu	31,45	69, de 22/02/2012	15,5	15,5	96,97	151,51
Tamanduá						
Mirim	29,6	52, de 09/02/2012	13,6	13,2	96,97	151,51
Teiú	16,65	36, de 03/02/2012	8,2	7,7	99,98	156,22
	<u>170,2</u>		<u>81,0</u>	<u>78,8</u>		

(*) Conforme Portaria de Autorização MME.

(1) Autorizada a se estabelecer como produtora independente de energia elétrica pelo prazo de 35 anos desde a 1ª Portaria do MME – Ministério de Minas e Energia. A 2ª Portaria alterou as características técnicas para adequar a realidade dos parques.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

- (2) Valor atualizado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") desde julho de 2011. Valores atualizados pela CCEE data-base agosto de 2019.
- (3) Conforme contrato de compra e venda, o 1º quadriênio foi finalizado em junho de 2018 e o 2º quadriênio teve início em julho de 2018.

O Complexo Guirapá foi adquirido em 2 de abril de 2018 pela custo total de R\$ 489.184, considerando: (i) o preço de aquisição (contraprestação transferida) atualizado monetariamente no montante de R\$469.128; (ii) o incremento no preço decorrente de negociações com fornecedores no montante de R\$17.906; e (iii) a contraprestação contingente (earn-out payment) de R\$2.150.

De acordo com o contrato de compra e venda, o preço de aquisição poderá sofrer acréscimo de até R\$40.000 corrigidos pelo IPCA sob a forma de contraprestação contingente, se o desempenho do Complexo Guirapá, apurado até dezembro de 2021, exceder a referência mínima assumida de 79,44 MW médios, limitada a 85MW médios. Desta forma, a Administração da Companhia, com base na avaliação das projeções de performance, concluiu que deveria incluir no valor do preço de compra uma contraprestação contingente estimada em R\$2.150, conforme citado acima.

Em 31 de dezembro de 2019, os saldos remanescentes a pagar referente à aquisição estão refletidos na rubrica de "Obrigações com aquisição de controlada" (nota explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras de 2019).

Esta aquisição resultou em uma combinação de negócios, uma vez que a Companhia passou a deter o controle da BW Guirapá. De acordo com o CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos assumidos na data de aquisição junto aos antigos controladores da adquirida e das participações emitidas em troca do controle da adquirida.

Como a aquisição da BW Guirapá teve efeito a partir de 2 de abril de 2018, os efeitos desta aquisição afetaram o resultado consolidado das operações da Companhia a partir desta data, sendo que o patrimônio líquido da BW Guirapá foi avaliado pelo seu valor justo em 31 de março de 2018 com base no laudo econômico financeiro, emitido por empresa de avaliação independente.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do valor justo dos ativos e passivos da compra da BW Guirapá na data de aquisição:

	Valor Contábil	Ajustes	Valor Justo
<u>Valor Justo</u>			
Ativos	867.155	80.038 (i)	947.193
Passivos	381.557	1.309 (ii)	382.866
Ativos líquidos adquiridos	<u>485.598</u>	<u>78.729</u>	<u>564.327</u>
Custo total da aquisição			489.184
Ganho bruto por compra vantajosa			75.143
(-) Efeito tributário			(25.548)
Ganho líquido por compra vantajosa			<u>49.595</u>

- (i) Mais valia de máquinas e equipamentos e deve-se basicamente à alta do dólar, preço dos insumos e inflação. Nas demonstrações contábeis individuais, este montante está apresentado na rubrica de investimentos. Já nas demonstrações financeiras consolidadas, está apresentado como imobilizado (vide nota explicativa nº 18.1 das Demonstrações Financeiras de 2019).

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

- (ii) Passivo contingente e refere-se a sete processos movidos contra a BW Guirapá e suas controladas, que foram classificados como risco possível de perda, com uma probabilidade de 50%, sendo conservadoramente estimados e provisionados pela Companhia (vide nota explicativa nº 28.1 das Demonstrações Financeiras de 2019).

c) Eventos ou operações não usuais.

Não ocorreram eventos ou operações não usuais

10.4. Comentários sobre:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

A nova norma a seguir, emitida pelo IASB e recepcionadas pelo CFC, passaram a vigorar efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2019. A norma tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários, reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) contrato com prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) possua valor imaterial, tenha como base valores variáveis ou prazo indeterminado.

A Ferbasa e suas controladas avaliaram os impactos em suas demonstrações financeiras, decorrentes da adoção inicial da norma, conforme nota explicativa nº 18 das Demonstrações Financeiras de 2019.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis.

A movimentação do direito de uso, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado			
	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações	Total
<u>Custo</u>					
Adoção inicial 01/01/2019	29.340	29.340	10.321	151	39.812
Adições	25.677	25.677	-	-	25.677
Remensuração	370	370	(155)	3	218
	<u>55.387</u>	<u>55.387</u>	<u>10.166</u>	<u>154</u>	<u>65.707</u>
<u>Depreciação</u>	(15.814)	(15.814)	(309)	(32)	(16.155)
Saldo em 31/12/2019	<u>39.573</u>	<u>39.573</u>	<u>9.857</u>	<u>122</u>	<u>49.552</u>

A movimentação do passivo de arrendamento, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi a seguinte:

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

	Controladora	Consolidado			
	Máquinas e equipamentos	Máquinas e equipamentos	Terrenos	Edificações	Total
Adoção inicial 01/01/2019	29.340	29.340	10.321	151	39.812
Adições	25.677	25.677	-	-	25.677
Remensuração	370	370	(155)	3	218
Baixas	(17.160)	(17.160)	(711)	(33)	(17.904)
Atualização monetária	556	556	36	1	593
Saldo em 31/12/2019	<u>38.783</u>	<u>38.783</u>	<u>9.491</u>	<u>122</u>	<u>48.396</u>
Circulante	20.504				21.179
Não circulante	18.279				27.217

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor.

Não existem ressalvas ou parágrafos de ênfase no relatório dos auditores independentes.

10.5. Comentários sobre as políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

Principais fontes de julgamento e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e suas controladas. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4 das Demonstrações Financeiras de 2019.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social.

10.6. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:

- a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv) contratos de construção não terminada; e v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

Não mantemos qualquer operação, contrato, obrigação ou outros tipos de compromissos em sociedades cujas demonstrações financeiras não sejam consolidadas com as nossas ou outras operações passíveis de gerar um efeito relevante, presente ou futuro, nos nossos resultados, em nossa condição patrimonial ou financeira, receitas ou despesas, liquidez, investimentos, caixa ou quaisquer outras não registradas em nossas demonstrações financeiras.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há outros itens relevantes não evidenciados nas nossas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

10.7. Comentários dos Diretores sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não aplicável.

b) Natureza e o propósito da operação.

Não aplicável.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável

10.8. Comentário dos diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia:

a) Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos;

No decorrer de 2019, em alinhamento com a otimização das operações e investimentos nos projetos estratégicos, a Companhia investiu R\$ 116,2 milhões segregados por unidade de negócio.

Na Mineração, destaca-se o projeto Hard Lump, responsável pelo montante de R\$ 17,3 milhões, que objetiva a melhoria dos processos de beneficiamento, visando o aumento de produção do minério de cromo. Nesta mesma Unidade, foram também realizados outros investimentos voltados à renovação de Máquinas e Equipamentos, visando ganhos de performance e automação. Na Metalurgia, o investimento mais relevante somou R\$ 6,3 milhões, relativo à primeira etapa do Casting Machine, e que objetiva a redução de perdas, menor geração de finos no processo de moldagem e aumento de produção do ferrossilício HP.

Os investimentos previstos e aprovados para o triênio 2020-2022 totalizam R\$ 375 milhões para Metalurgia, Minerações, Silvicultura, Coque, Energia e Corporativo.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos;

Formulário de Referência – Cia de Ferro Ligas da Bahia - Ferbasa
Conforme Anexo 24 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009

Os investimentos são preferencialmente financiados com recursos próprios gerados pelas operações da Companhia, com a faculdade de utilização de recursos de terceiros, como por exemplo o BNDES, com a finalidade de complementar o total necessário que atenderão ao plano de investimentos e ao Planejamento Estratégico da Companhia.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b) Aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

Não aplicável.

c) Novos produtos e serviços, indicando: i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii) projetos em desenvolvimento já divulgados; iv) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável.

10.9. Comentários dos diretores sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não há outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia que não tenham sido identificados ou comentados nesta seção.